

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº126

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

///CORREIOS///

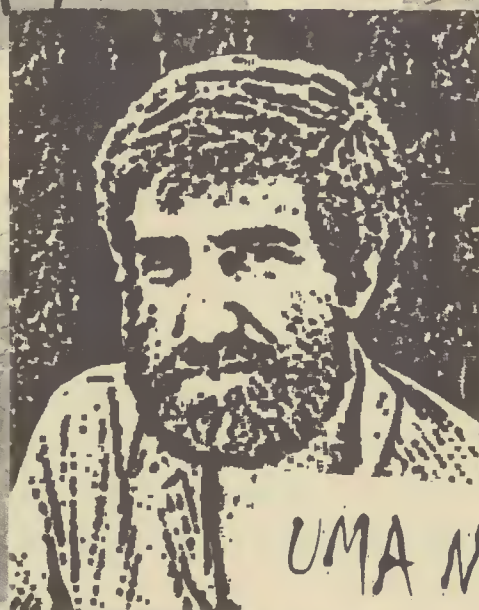
GIL VICENTE
CHAPA 2

ELEIÇÕES ANDES

Desafio será impedir o desmonte da Universidade Pública

Nos dias 18 e 19 de maio, professores universitários vão às urnas escolher a nova Diretoria da Andes-SN. Em um cenário político diferente em relação à eleição anterior, candidatos apresentam propostas de gestão que, apesar das diferenças, são consensuais quando se trata de lutar pela preservação da Universidade Pública.

Páginas 6 a 9



UMA NOVA ANDES
É POSSÍVEL
PLURAL E DE LUTA 2

REITORIA

Na eleição do dia 17 de junho não haverá proporcionalidade pré-definida, como nos pleitos anteriores. De acordo com proposta aprovada pelo Consun, cada conselheiro deve usar o bom senso na hora de indicar um candidato para a lista tríplex.

Página 5

MARINA
BARBOSA

CHAPA 3

3

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Adufrgs move ação na Justiça pedindo suspensão do desconto dos aposentados para fins previdenciários. A medida visa resguardar os associados até que o STF tome uma decisão definitiva.

Página 3

ENTREVISTA

O sociólogo Francisco de Oliveira explica a metáfora do "ornitorrinco", que aplicou à situação política atual do Brasil, alfineta o governo e diz que há alternativas para o crescimento econômico.

Páginas 10 e 11

ANDES AD
AUTÔNOMA E
DEMOCRÁTICA



Manifestação da Assembléia Geral de 4 de maio de 2004 sobre o processo sucessório na reitoria da UFRGS

A legislação federal em vigor que regulamenta a indicação de Reitor(a), mais especificamente o decreto nº 1.916 (23.05.1996), obriga o CONSUN a compor uma lista triplíce em uma votação única, secreta e uninominal. Nas duas últimas indicações de lista para Reitor na UFRGS, a maioria dos membros do CONSUN teve que acordar informalmente um procedimento de votação, a bem de refletir o resultado da consulta à comunidade universitária.

Para a escolha de Reitor que se avizinha, o CONSUN postergou a decisão sobre como será interpretado o resultado da consulta em cada segmento da comunidade universitária.

Para que o CONSUN possa decidir a ponderação é necessário um acordo que supere o atual impasse, em que de um lado temos conselheiros do CONSUN defendendo o peso de 70% para docentes e, de outro, conselheiros defendendo a paridade dos três segmentos como única solução.

Esperamos que os membros do CONSUN tenham maturidade e vontade política para superar o impasse e que o processo da escolha de Reitor reforce a luta da comunidade universitária por autonomia e democracia na UFRGS.

Considerando que:

1. O processo de escolha deve se esgotar no âmbito da UFRGS, ou seja, o Reitor deve ser aquele escolhido pela comunidade universitária.

2. Para expressar a vontade da comunidade universitária, a escolha deve resultar de um processo amplo onde todos os segmentos da Universidade considerem-se representados, tendo o CONSUN o papel de referendar o resultado e encaminhá-lo para o governo federal.

3. A ADUFRGS já se manifestou diversas vezes, inclusive ao próprio ministro da Educação, sobre a necessidade de revogar o decreto nº 1.916. A omissão do governo federal aumenta a responsabilidade da comunidade e particularmente do CONSUN para garantir a legitimidade do processo de escolha e a soberania da consulta.

A Assembléia Geral da Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRGS), de 4 de maio último:

1. Conclama o CONSUN a decidir e dar ampla divulgação, antes da homologação das candidaturas, sobre qual será a ponderação do voto dos diferentes segmentos, posto que para ser legítimo, o processo deve ter regras definidas, conhecidas e aceitas previamente.

2. Propõe à comunidade universitária o debate sobre esta questão a ser conduzido pelas entidades DCE, APG, ASSUFRGS e ADUFRGS.

3. Propõe a realização, pela ADUFRGS, de consulta aos docentes como resultado do debate com os demais segmentos.

Porto Alegre, 4 de maio de 2004.

Errata

Ao contrário do que foi publicado no observatório da edição passada do ADVERSO, a edição brasileira do novo livro do cineasta norte-americano Michael Moore, "Cara, Cadê o Meu País?" ("Dude, Where is my Country?"), não foi indicado na seção Livros. A obra, que chegou às livrarias do País no dia 31 de março, pode ser conferida na página 12 desta edição.

Os órfãos do Plano Condor

Resgatar do esquecimento dezenas de ativistas desaparecidos na América Latina nos anos 70 e seus familiares. Este era o desejo do cineasta chileno Emilio Pacull ao realizar um documentário sobre os órfãos do Plano Condor. Através do olhar de Anatole, Eva e Victoria, filhos de desaparecidos políticos criados por famílias adotivas, Pacull constrói em 56 minutos um retrato das crianças que perderam sua verdadeira identidade nestes anos de repressão. Filmado em Buenos Aires, Valparaíso (Chile) e Montevideu, o filme mostra, através do trágico destino de filhos de ativistas presos ou mortos, as conexões existentes nos anos 70 e 80 entre as ditaduras militares latino-americanas, que implantaram o Plano Condor. "Houve mais de 50 mil desaparecidos em países latino-americanos. Apesar das provas flagrantes, a maioria dos culpados continua gozando de total impunidade", denuncia Pacull em seu documentário. Como exemplos, cita o ex-ditador paraguaio Alfredo Stroessner, o ex-ditador chileno Augusto Pinochet, o ex-ditador argentino Jorge Videla, o ex-almirante argentino Eduardo Massera – os dois últimos cumprem pena em prisão domiciliar – e até o ex-secretário de Estado americano, Henry Kissinger, por sua suposta participação nas violações dos direitos humanos nos países sul-americanos.

Avanços e impasses do novo Brasil

Lançado em Porto Alegre no dia 24 de abril o livro "Estratégia Nacional: a Cooperação Sulamericana como caminho para Inserção Internacional do Brasil", do engenheiro Darc Costa, vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O lançamento aconteceu após o seminário "Avanços e Impasse

do Novo Brasil", promovido pelo recém-fundado Instituto Maurício Grabois e que teve a Adufrgs, entre outras entidades, como co-promotora. Darc Costa e o professor da Ufrgs, Paulo Vinentini, palestrantes do seminário, falaram sobre o novo Brasil e a estratégia a ser adotada pelo governo para garantir ao País um lugar entre as grandes potências mundiais. Em sua fala, Costa lembrou que no século 19, quando a Inglaterra era um grande império, ninguém ousava imaginar que os Estados Unidos se tornariam a potência econômica que é hoje, por isso é possível acreditar que o Brasil pode alcançar a soberania.

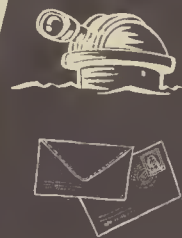
Ensinos médio e técnico serão reunificados

Com 55,1% dos alunos concentrados na rede particular, a educação técnica no Brasil vai passar por reformulações nos próximos meses, sob a coordenação do MEC. Estão em estudo desde a reunificação do ensino técnico e médio, separado no governo FHC, até a proposta de criar comando único para a política da área, atualmente distribuída em pelo menos oito ministérios.

Segundo noticiou o jornal Folha de São Paulo, as novas medidas implicam ampliação da carga horária, melhoria da qualidade das escolas e aumento do número de matrículas, mas esbarram na falta de verba e de docentes. Dados do MEC apontam um déficit de aproximadamente 250 mil professores de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e de todo o médio.

Entre todas as discussões que envolvem a área de educação técnica, um ponto está praticamente definido: será publicado um decreto permitindo integrar novamente o ensino médio e profissional. Separados em 1997, os dois níveis poderão ser oferecidos pela mesma escola, integrados, dando ao aluno um diploma do ensino médio/técnico.

O decreto, que deve ser enviado nos próximos dias ao Palácio do Planalto, prevê ainda a possibilidade de ampliar o ensino médio de três para quatro anos, inserindo a parte profissional.



Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1ª secretária: Daniela Marzola Fialho
2ª secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1ª suplente: Elisabete Zardo Búrigo
2ª suplente: Nádyá Pesce da Silveira

ASSEMBLÉIA

Professores dizem não à greve

Docentes votam contra a greve e a favor da contraposta do governo de reajuste nas gratificações, desde que seja extensiva a toda a categoria.

Clarissa Pont

Reunidos em assembléia no dia 28 de abril, professores da Ufrgs rejeitaram o indicativo de greve para 10 de maio, conforme havia sido deliberado na última plenária dos Servidores Públicos Federais (SPFs) em Brasília. Apenas um professor se pronunciou a favor da greve, contra 47 e três abstenções. A grande maioria entendeu que não há mobilização suficiente e que o momento político é outro, quando o governo, apesar dos duros golpes no funcionalismo público, está aberto à negociação.

Sobre a contraproposta do governo de aplicar reajuste nas gratificações por produtividade (GED e GID), a assembléia, em ampla maioria, se pronunciou favorável desde que os valores máximos sejam garantidos a todos os docentes, ativos e inativos e ainda aos que não recebem as gratificações, como substitutos e celetistas. Como está, a proposta do governo prevê aumentos menores para os aposentados e exclui os professores substitutos, o que vai contra o princípio de paridade defendido pelo Movimento Docente.

A assembléia, depois de muita discussão, chegou ao consenso de que o Andes-Sindicato Nacional deve discutir uma contraproposta, aproveitando a intenção do governo de disponibilizar recursos para um aumento na remuneração



dos docentes. Deve ainda assegurar o compromisso dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Educação (MEC) de estabelecerem uma mesa de negociação sobre Carreira Docente, tendo como pontos prioritários o

restabelecimento da isonomia, a incorporação das gratificações e a paridade entre ativos e aposentados.

No dia 4 de maio, os professores voltaram a se reunir em assembléia para tirar uma posição sobre a eleição para reitor

da Ufrgs, marcada para 17 de junho. Eles aprovaram um manifesto que pode ser lido, na íntegra, na página 2 desta edição. O texto está disponível também em versão eletrônica no site da Adufrgs (www.adufrgs.org.br).

PREVIDÊNCIA

Adufrgs tenta vetar na Justiça o desconto dos aposentados

Para tentar deter o desconto dos aposentados para fins de previdência, que começa a vigorar a partir do final de maio, a Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Adufrgs) ajuizou, no dia 30 de abril, um Mandado de Segurança Coletivo na 3ª Vara Federal de Porto Alegre. Até o fechamento desta edição não havia decisão judicial.

Segundo o assessor jurídico da Adufrgs, Francis Bordas, caso a liminar seja desfavorável, a associação poderá recorrer. A ação envolve 1.086 docentes aposentados e filiados ao sindicato, que poderão ter ou não o direito de se isentarem da contribuição previdenciária até que sejam julgadas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Bordas, o Judiciário vem sendo pressionado pelo governo e alguns juí-

zes têm alegado que o não-desconto dos aposentados comprometeria as contas do Estado, o que não é verdade, segundo ele. Mas ao mesmo tempo, lembrou, o fato do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, concordar com a inconstitucionalidade da cobrança, é um sinal positivo.

O advogado ressaltou que enquanto o tema for tratado apenas como uma sucessão de ações ajuizadas, o problema central, que é o desrespeito à Constituição, não estará sendo atacado. "Existe um núcleo na Constituição que não pode ser mudado e é exatamente isso que o governo Lula está mudando", disse. Ele defende uma reação coletiva da sociedade para que se atinja os objetivos.

De acordo com Bordas, está escrito na Constituição que a seguridade deve ser paga com a equiparação da contribuição entre empregador e empregado, enquan-

to a lei que prevê o desconto dos aposentados não aumenta a contribuição da União. Ele aponta ainda como um grande equívoco da lei o fato de se criar um custeio sem benefício, o que vai contra a Constituição. "Os atuais aposentados não terão nenhum benefício no futuro se tiverem que contribuir agora", observou.

Outro ponto relevante citado pelo assessor jurídico é a diferença na contribuição. De acordo com a nova lei, o servidor público que se aposentou antes de vigorar a emenda terá um desconto de 11% em cima do que ultrapassar R\$ 1.440, enquanto para quem se aposentar após a vigência da lei o desconto incidirá sobre o que exceder R\$ 2.400. "Parece uma punição para quem quis se aposentar antes temendo as mudanças", observou a presidente da Adufrgs, Maria Aparecida Castro Livi. A lei prevê ainda que os servido-

res que já poderiam ter se aposentado e continuam trabalhando não terão nenhum desconto, mas no momento que se aposentarem passarão a contribuir.

Vários sindicatos já acionaram a Justiça pelo mesmo motivo. Alguns tiveram decisão favorável, outros não e uma parcela ainda aguarda o parecer do Judiciário. Nos próximos dias a Associação de Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Assufrgs) deve entrar também com uma ação semelhante.

Participaram da coletiva para explicar os motivos do ajuizamento da ação os professores Eduardo Carrion, Plauto Faraco de Azevedo, Sandra Dani, Peter Walter Ashton e Lúcio Hagemann, além de representantes do Cpers-Sindicato, professor Antônio Eni Lemes, e da Assufrgs, Maria de Fátima Rodrigues Andrade.

O governo Lula e as possibilidades da retomada do crescimento econômico

A análise da economia brasileira mostra que a situação é complexa e bastante heterogênea. Para a maioria da população (trabalhadores, pequenos e médios empresários, profissionais liberais), a situação econômica é de estagnação, de altas taxas de desemprego e de declínio significativo de seus rendimentos. Por outro lado, para as instituições que operam no mercado financeiro e os grandes investidores desse mercado, as condições econômicas são excelentes. As elevadíssimas taxas de juros praticadas no Brasil nos últimos anos têm lhes propiciado altas taxas de rentabilidade e de ganhos reais. Esse quadro tem se refletido, por um lado, numa deterioração da vida econômica e social da maioria dos brasileiros, mas, por outro lado, de grande afluência para essa minoria.

Por consequência dessa situação de crise para a maioria dos brasileiros, as críticas ao governo Lula têm se acentuado recentemente. No plano econômico, essas críticas concentram-se no fato de não ter havido, até o momento, o que o presidente chamou de "o espetáculo do crescimento". O governo precisa manter a inflação sob controle, mas o Brasil necessita, com urgência, voltar a crescer, dizem os críticos. As questões que se colocam, portanto, são as seguintes: o que deve ser feito para que a economia retome o caminho do crescimento econômico? O governo Lula deve mudar a política econômica ou manter o curso atual? O que deve ser feito para reduzir a taxa de juros e, dessa forma, permitir a retomada do crescimento econômico? As respostas a essas questões, evidentemente, dividem as opiniões dos analistas. Vejamos essas questões mais de perto.

A partir do governo Collor de Mello, o Brasil vem implantando o modelo neoliberal. A implantação desse modelo teve continuidade e aprofundamento nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em termos bastante genéricos, pode-se descrever esse modelo de organização do sistema econômico da seguinte forma: a coordenação das atividades econômicas deve ser feita através do livre funcionamento das forças de mercado. Em relação às políticas macroeconômicas (fiscal e monetária), essas devem ser implementadas de forma a criar um clima favorável aos investidores, em especial aos investidores externos. Ou seja, elas precisam ter credibilidade junto aos mercados financeiros.

Assim, segundo a visão neoliberal, a retomada do crescimento econômico dependeria tanto da continuidade da implementação das reformas estruturais quanto da condução "correta" das políticas fiscal (redução da razão dívida/PIB) e monetária (manutenção da estabilidade dos preços, independentemente dos seus efeitos sobre as taxas de desemprego).

Cabe, então, a pergunta: quais foram os resultados econômicos obtidos pelos países que adotaram o modelo neoliberal? As análises empíricas, mesmo aqueles estudos realizados por economistas do Banco Mundial e do FMI, mostram que os resultados obtidos foram os seguintes: estagnação econômica, altas taxas de desemprego e o aumento da concentração da renda e da riqueza, especialmente nas mãos dos rentistas.

No Brasil, os resultados obtidos não são diferentes daqueles observados para os demais países. As reformas neoliberais e as políticas macroeconômicas políticas que foram até agora implementadas geraram baixas taxas de crescimento econômico, altas taxas de

desemprego, aumento da pobreza e aumento da concentração da renda e da riqueza. Ou seja, apesar do Brasil implementar as políticas exigidas pelos mercados financeiros, a tão esperada retomada do crescimento econômico não ocorreu. Na verdade, como demonstra a experiência internacional, não se deve esperar que isso venha a ocorrer – pelo menos não de forma sustentada.

A vitória eleitoral do PT pode ser atribuída justamente ao fracasso do modelo neoliberal em gerar crescimento e empregos. Ao concorrer com uma plataforma política de contundentes críticas ao modelo neoliberal, o presidente Lula foi eleito com grande apoio popular e com o compromisso de dar início a um processo de transformações com vistas à construção de outro modelo de desenvolvi-

ração da implantação das reformas institucionais, em especial a concessão da autonomia para o Banco Central. Afirmam, pois, que o rumo deve ser mantido e que apenas assim será possível a retomada do crescimento econômico. O próprio ministro Palocci (ao contrário do que afirmava durante o período eleitoral) declarou recentemente que esse é o único caminho possível – apesar da vasta evidência empírica existente que demonstra exatamente o contrário. Que os grandes beneficiários do modelo atual o defendam com muita ênfase é o que se espera, o que surpreende de fato é a defesa dessa política por parte do PT e de organizações sindicais.

Por decorrência da crise econômica e social é de se esperar que a maioria da população brasileira,

que está sendo duramente penalizada pelo modelo neoliberal, venha a intensificar suas críticas e ações de protestos (organizadas ou não) com vis-



mento. Durante a campanha eleitoral, o então candidato do PT afirmava que a continuidade na implantação do modelo neoliberal levaria ou à estagnação econômica ou, pior ainda, à uma grave crise. Na Carta ao Povo Brasileiro (junho de 2002) o candidato Lula afirmava: "O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado". Não deixou de ser surpreendente – tanto para apoiadores quanto opositores – o fato do presidente Lula ter abandonado os compromissos de mudança assumidos durante a campanha eleitoral e ter dado continuidade à implementação do modelo neoliberal. As razões para essa drástica reviravolta não foram, até agora, explicadas – na verdade, não foram nem mesmo reconhecidas. Mas o fato é que o presidente Lula deu continuidade ao processo de implementação do modelo neoliberal que o governo FHC estava realizando, com a supervisão do FMI. Os resultados obtidos – e que são os motivos de críticas veementes e de desaprovção crescente por parte da população brasileira – são exatamente aqueles que o então candidato Lula previa, caso houvesse continuísmo da política econômica.

Os analistas vinculados, de uma forma ou outra, aos interesses do mercado financeiro começam a demonstrar preocupação de que as críticas ao governo acabem inviabilizando a continuidade da implantação do programa econômico neoliberal. Alertam para o risco que uma "guinada populista" teria para a credibilidade do Brasil junto aos mercados financeiros. Para evitar que essa perda de credibilidade venha a ocorrer, eles defendem a acele-

ta a exigir a mudança de modelo para permitir a retomada do crescimento econômico. Por outro lado, o que é bastante compreensível, aqueles que são os grandes beneficiados pelo atual modelo neoliberal, certamente intensificarão sua defesa da manutenção do atual programa econômico. No plano das idéias, a defesa da manutenção de rumo baseia-se em dois argumentos centrais: (a) todos os esforços e sacrifícios que foram feitos estão prestes a dar, finalmente, seus frutos – ou seja, a retomada do crescimento ocorrerá logo ali na frente e (b) não existe alternativa responsável ao programa econômico que está sendo implementado – este é o único caminho para que a economia brasileira volte a crescer.

Como mostramos acima, esses dois argumentos não têm base de sustentação empírica (nem teórica). A manutenção do rumo não resultará na retomada sustentada do crescimento econômico e manterá o *status quo* entre aqueles que se beneficiam e aqueles que são penalizados pelo atual modelo neoliberal. Assim, num certo sentido, o debate travado durante a campanha eleitoral – mudança *versus* manutenção de rumos – ressurge, mas, infelizmente, não mais no contexto do processo eleitoral imediato. No contexto atual – quando os compromissos de mudança que foram assumidos durante a campanha eleitoral estão "esquecidos" pelo governo do presidente Lula –, a efetiva retomada do crescimento econômico depende, fundamentalmente, da intensificação da luta política e da mobilização social pela implementação do programa econômico que foi o escolhido pela maioria do eleitorado brasileiro.

ANIVERSÁRIO

Colégio de Aplicação comemora 50 anos

Fabricia Osanai



Jubileu de Ouro: Colégio de Aplicação, fundado em 14 de abril de 1954, comemora cinco décadas

Alegria contagiante de alunos e ex-alunos marcou o aniversário de 50 anos do Colégio de Aplicação, comemorado no dia 14 de abril, com direito a "Parabéns a você" e bolo.

Durante todo o dia, alunos, ex-alunos, funcionários e professores se envolveram nas comemorações que começaram com uma cerimônia de abertura logo no início da manhã. Em seguida foi inaugurada na sala 214 a galeria de fotos dos ex-diretores, entre eles a professora Graciema Pacheco, fundadora do Colégio e diretora por 28 anos. Além do atual diretor, Jorge Luiz Day Barreto, estão na galeria as professoras Vera Regina Pires Moraes, Regina Maria Varini Mutti e Nara Brasco Pampanelli.

O esperado "Parabéns a você", que reuniu toda a comunidade escolar, aconteceu depois da apresentação do Coro do Aplicação e do Conjunto Instrumental, ambos projetos de extensão da Ufrgs. O coro, formado por professores, funcionários, pais e alunos, entoou "Feliz Aniversário", de Manuel Bandeira e Villa-Lobos, "Happy Day", de Edwin Hawkins, "Sebastiana", de Jackson do Pandeiro, "Canção da Partida", de Dorival Caymmi e "Carnávia", do grupo Tribalistas, sob aplausos dos presentes. No dia 16, um jantar dançante no Clube Farrapos coroou as comemorações.

História

O Colégio de Aplicação da Ufrgs foi criado como escola-laboratório da Faculdade de Filosofia e desde então vem desenvolvendo novas propostas pedagógicas. Responsável pela formação inicial (estágio) e continuada de professores, o Colégio constituiu-se em

um centro de investigação educacional que proporciona o desenvolvimento do saber reflexivo. Para se envolver com a questão educacional em uma perspectiva social mais abrangente, interage com diferentes realidades, mantendo vínculos com várias unidades da Ufrgs e de outras universidades e trocando experiências constantes com escolas das redes municipal, estadual e privada.

No começo, o Colégio de Aplicação funcionou em salas cedidas pela Faculdade de Filosofia, depois ocupou um pavilhão de madeira adaptado no Campus Central, nos fundos do prédio da Rádio da Universidade e ao lado do Biotério. Onze anos depois de sua fundação foi transferido para um prédio do Campus Central, onde ocupava cinco dos 10 andares. Só em 1996 o Colégio de Aplicação ganhou sede nova, no Campus do Vale, onde funciona até hoje. As atuais instalações são compostas por três prédios, totalizando mais de dois mil metros quadrados de área construída, além de quadras de esportes e espaço para recreação.

Hoje, o Aplicação atende 603 alunos, da 1ª série do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. O ingresso, que até 1980 acontecia através de uma prova de seleção, desde 1981 se dá através de sorteio, aberto a toda a comunidade. O sistema de sorteio permitiu uma maior socialização das vagas e por isso é difícil traçar um perfil do aluno do Colégio de Aplicação que, segundo o diretor Jorge Luiz Barreto, vai desde o mais carente ao oriundo da classe média, fazendo com que a heterogeneidade de classes e de raças seja uma marca registrada da instituição.

CONSUN E CEPE

Comunidade universitária elege novos membros

Nos dias 19 e 20 de abril a comunidade universitária da Ufrgs foi às urnas eleger os seus representantes docentes e técnico-administrativos para o Conselho Universitário (Consun) e para Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe). Os novos membros ficam nos conselhos até o dia 7 de maio de 2006.

O Consun é composto pelo reitor(a), vice-reitor(a), 18 docentes e 7 técnicos eleitos pela comunidade universitária,

diretores das unidades e 7 alunos. O Cepe tem o reitor(a), vice-reitor(a), 8 docentes representantes da Câmara de Graduação, 8 da Câmara de Pós-graduação, 4 da Pesquisa, 4 da Extensão e 7 eleitos pela comunidade. Além de 7 técnicos também eleitos pela comunidade e 7 alunos, sendo 5 da graduação e 2 da pós-graduação.

Abaixo as listas dos professores eleitos para o Cepe e Consun.

Titulares e suplentes eleitos para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufrgs (Cepe) gestão 2004/2006

- 1º - Ronald José Ellwanger (ENG) e Raul Fernando Weber (INF)
- 2º - Nadine Oliveira Clausell (MED) e Ruben Daniel Mendez Castiglioni (LET)
- 3º - Umbelina Maria Duarte Barreto (ART) e Alberto Reinaldo Reppold Filho (ESEF)
- 4º - Ricardo Dathein (ECO) e Emilse Maria Agostini Martini (QUI)
- 5º - Elemar Antonino Cassol (AGR) e Helena Piccolli Romanowski (BIO)
- 6º - Aristeu Jorge dos Santos (ADM) e Valéria Neto de Oliveira Monaretto (LET)
- 7º - Vera Catarina Castiglia Portella (ENF) e Sonia Maria Blauth de Slavutzky (ODO)

Titulares e suplentes eleitos para o Conselho Universitário (Consun) gestão 2004/2006

- 1º - Sérgio Bampi (INF) e Miriani Griselda Pastoriza (FIS)
- 2º - Manoel André da Rocha (DIR) e Cláudia Lima Marques (DIR)
- 3º - Flávio Danni Fuchs (MED) e Cesar Augusto Marchionatti Avancini (VET)
- 4º - Cesar Augusto Zen Vasconcellos (FIS) e Henrique Caetano Nardi (PSI)
- 5º - Abílio Afonso Baeta Neves (IFCH) e Roberto Giugliani (BIO)
- 6º - Maria Cristina Varriale (MAT) e Nair Tesser (LET)
- 7º - Alberto Augusto Alves Rosa (MED) e Edison Capp (MED)
- 8º - Alejandro Borche Casalás (IPH) e Aron Taitelbaum (MAT)
- 9º - Livio Amaral (FIS) e Diogo Onofre Gomes de Souza (ICBS)
- 10º - Carlos Schmidt (ECO) e Elisabete Zardo Búrigo (MAT)
- 11º - Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (IFCH) e Nalú Farenzena (EDU)
- 12º - Maria Cristina Leandro Ferreira (LET) e Aly Ferreira Flores Filho (ENG)
- 13º - Ari Roisenberg Antonio (GEO) e Carlos Stringhini Guimarães (ESEF)
- 14º - Paulo Silva Belmonte de Abreu (MED) e Flávio Augusto Ziegelmann (MAT)
- 15º - Valério de Patta Pillar (BIO) e Ricardo Augusto da Luz Reis (INF)
- 16º - Roberto Cabral de Mello Borges (INF) e Regis Burmeister dos Santos (ODO)
- 17º - Albano Schwarzbald (BIO) e Luiz Carlos Federizzi (AGR)
- 18º - Mara da Silveira Benfato (BIO) e Miguel Dall'Agnol (AGR)

ELEIÇÕES UFRGS

Sem peso de votos

Na próxima eleição para reitor da Ufrgs, marcada para 17 de junho, não será aplicada qualquer fórmula de proporcionalidade, como tradicionalmente acontece. A proposta foi aprovada no dia 23 de abril pelo Consun, que se reúne no dia 2 de julho para compor a lista tríplice que será enviada ao MEC.

Segundo o diretor do Instituto de Física, professor Cláudio Scherer, autor da proposta, cada conselheiro deverá usar de bom senso na hora de indicar um candidato para a lista tríplice, já que antes da escolha eles ficarão sabendo quem foi o mais votado nos três segmentos. Com a aprovação do conjunto de diretrizes apresentado pela Comissão Especial que organiza o pleito, está deflagrado o processo eleitoral e os candidatos têm entre os dias 7 e 19 de maio para se inscreverem. Para a presidente da Comissão Especial, professora Maria Cristina Leandro Ferreira,

seria impossível estimar qual será a decisão do Consun quanto à proporcionalidade, mas acredita que se um candidato obtiver a maioria absoluta dos votos entre os três segmentos, a tarefa do Conselho será bem mais fácil.

Nas duas últimas eleições, em 1996 e 2000, a proporção utilizada foi de 70% docentes, 15% alunos e 15% técnico-administrativos. Alunos e técnico-administrativos reivindicam a paridade, posição defendida por alguns professores e pela atual reitora e presidente da Andifes, Wrana Panizzi. Em decisão de assembleia, a Adufrgs se posiciona oficialmente a favor da proporção de 50% docentes, 25% técnicos e 25% alunos. O tema tem suscitado muita discussão entre a comunidade universitária, a ponto da Comissão Especial propor um plebiscito para decidir o peso do voto, ideia rejeitada pelo Consun na reunião do dia 16 de abril.

ELEIÇÕES

Estratégias de negociação com o governo acirram disputa pela ANDES

Mais uma vez, professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) de todo o Brasil vão escolher seus dirigentes sindicais em âmbito nacional para o próximo biênio. Com um cenário completamente diferente do que havia na eleição passada, quando se vivia a expectativa de Lula ganhar a Presidência, o desafio hoje é traçar uma estratégia eficaz para obter ganhos nas negociações com o governo que, apesar de ter optado por dar continuidade à política econômica, tem se mostrado disposto a dialogar com o funcionalismo público.

Maricélia Pinheiro

A atual proposta de reajuste sobre gratificações de produtividade e não sobre o salário-base, como era esperado, é considerada indecente por alguns, enquanto outros a vêem como uma solução paliativa para diminuir a enorme defasagem salarial produzida nos últimos dez anos. Consensual entre os professores é a posição contrária à proposta do governo de conceder reajustes diferenciados para aposentados, o que fere o princípio de isonomia defendido pelo Movimento Docente. Também é consenso continuar lutando pela incorporação das gratificações, que representam um percentual cada vez mais significativo dos proventos.

A propalada Reforma Universitária continua em pauta, assim como o projeto "Universidade para Todos", em que o governo propõe a compra de vagas em instituições privadas como saída imediata para resolver o problema do acesso ao ensino superior. Ambas as correntes existentes dentro da Andes, representadas pelas Chapas 2 e 3, se posicionam contra esse projeto e defendem que o governo deve investir na Universidade Pública. Há quem defenda a universalização do ensino superior, com o fim do vestibular e o ingresso automático na universidade após a conclusão do ensino médio, como já acontece na Argentina e Uruguai, pai-

ses com uma realidade semelhante à nossa.

A eleição para a Andes-SN coincide com a escolha de reitores em várias Ifes, o que deve pesar muito na definição dos rumos da universidade pública brasileira, tendo em vista a força da Andifes junto ao governo federal. É preciso analisar com cuidado cada proposta e buscar a coerência de idéias, a viabilidade das ações e, principalmente, escolher um caminho que possa levar o Movimento Docente a um maior fortalecimento no cenário nacional.

Nos dias 18 e 19 de maio, os professores vão às urnas para eleger a nova Diretoria da Andes-Sindicato Nacional. Em 17 de junho será a vez de escolher o reitor da Ufrgs. Ambas as oportunidades podem fortalecer o processo democrático e contribuir para fortalecer e unificar a categoria docente em torno de uma luta que é de todos: barrar o desmantelamento da Universidade Pública.

Na entrevista a seguir, os representantes do Rio Grande do Sul na chapa 2, Eduardo de Oliveira Rolim, e na chapa 3, Ceres Maria Ramires Torres, falam de seus projetos para a Andes. Nas páginas seguintes, conheça os integrantes de cada chapa e confira o que defendem os candidatos à Presidência. A nova diretoria toma posse no dia 18 de junho.

AD verso - **Como o senhor(a) avalia a força do Movimento Docente hoje, em um cenário de governo de esquerda?**

Eduardo Rolim - Em primeiro lugar, é importante salientar que independentemente da orientação ideológica do governo de plantão, o comportamento dos sindicatos deve ser o mesmo, de forma autônoma, deve manter uma postura firme de defesa dos interesses da categoria que representa e, no caso específico da Andes, deve lutar pela defesa da Universidade brasileira, em especial da Universidade Pública. Como um todo, o Movimento Sindical tem perdido força no Brasil nos últimos anos e o Movimento Docente, em particular, tem tido uma capacidade cada vez menor de representatividade e de real intervenção no debate das questões trabalhistas dos docentes e nas discussões sobre os problemas da Universidade e do País. A postura apenas reativa e de negação sistemática de negociação que a Andes tem tido nos últimos anos tem levado a um grande afastamento entre os professores e seu Sindicato, na medida que estes não conseguem enxergar nos dirigentes sindicais a capacidade de responder politicamente às questões de seu cotidiano. Neste governo especialmente, verificou-se a escassa capacidade do Movimento Docente de resistir ao brutal ataque sofrido pelo funcionalismo com a Reforma da Previdência. A postura apenas denunciante e não propositiva da Andes se mostrou

“Entendemos que é muito melhor para o País que a ampliação de vagas se dê nas universidades públicas”

Eduardo Rolim de Oliveira (Adufrgs) - candidato a 1º vice-presidente pela Chapa 2

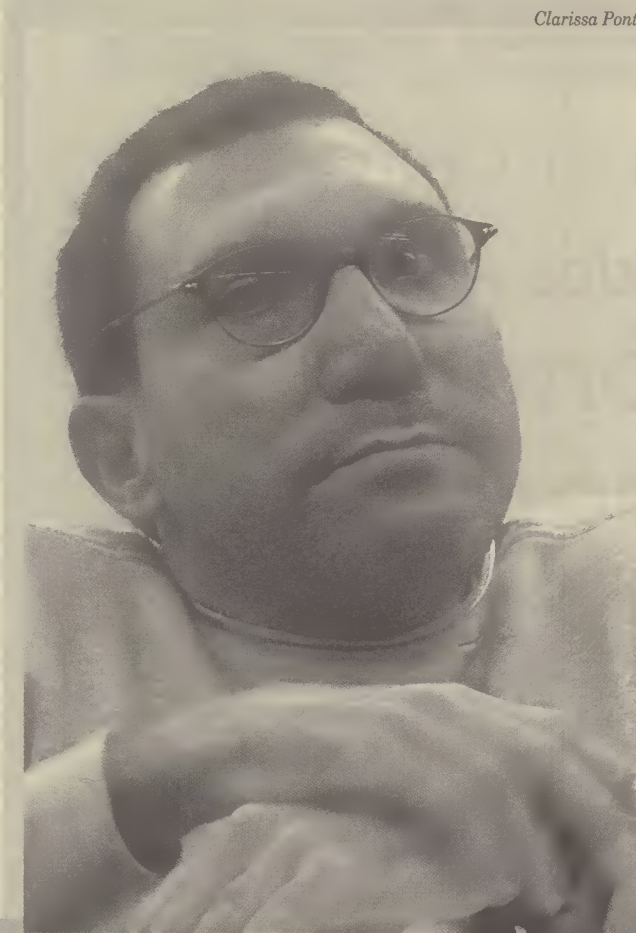
absolutamente incapaz de conquistar avanços nas discussões com o governo e o Congresso Nacional. Esta mesma postura se observa agora na Reforma Universitária e na discussão do reajuste salarial, o que deixa os docentes em posição bastante fragilizada.

Céres Torres - A força do Movimento Docente está na capacidade de autonomamente representar os interesses dos professores universitários, tanto nas lutas por salários, planos de carreira e condições de trabalho quanto na defesa do projeto de Universidade, construído no debate democrático no interior do movimento. Debate este que se contrapõe, desde os anos 80, às investidas no desmonte da Universidade Pública feita pelos diferentes governos. Neste sentido, qualquer que seja o governo, a força do Movimento Docente dependerá dele mesmo, de sua capacidade de analisar a conjuntura, propor alternativas e, quando necessário, mobilizar os professores para a luta.

Nos quadros do governo atual, cujas políticas estão distantes do que classificariamos de propostas históricas da esquerda, o Movimento Docente já demonstrou – na mobilização e greve contra a reforma da previdência em 2003 – que, apesar de toda a frustração da esperança depositada pelos votos em Lula, nossa força continua a residir na autonomia sindical e na disposição de luta.

Adverso - O atual governo tem tratado de forma diferente o funcionalismo público federal? Quais seriam os principais diferenças com relação ao governo anterior?

Eduardo - A Reforma da Previdência foi um momento muito agudo de desrespeito ao funcionalismo federal e suas entidades que foram quase que totalmente ignoradas em um processo sem negociação muito semelhante ao ocorrido na reforma de 1998, com mais truculência até. No discurso, este governo se mostra mais aberto à discussão, inclusive com a criação das Mesas de Negociação, mas essa interlocução tem dado poucos resultados práticos para os servidores. Em relação às greves, pode-se dizer que a postura deste governo é mais aberta ao diálogo, e elas têm sido resolvidas mais rapidamente, mas a prática de legislar por medidas provisórias, como aconteceu na implantação do Sistema de Avaliação das Universidades, não ajuda em nada nas negociações. Finalmente, pode-se dizer



Clarissa Pont



Beatriz Borges

“A Reforma Universitária do governo acentua o sentido privatizante das políticas para o ensino superior”

Céres Maria Ramires Torres (Adufpel) - candidata a 2ª secretária pela Chapa 3

que o governo tem tido atitudes e discursos muito contraditórios, entre o MEC e área econômica, ficando difícil de prever os desdobramentos. Mas com certeza, a manutenção da atual política econômica não permitirá que se tenha os avanços esperados na área social e o atendimento de forma satisfatória das demandas do funcionalismo.

Céres - Continua a prevalecer a lógica da responsabilização do funcionalismo pelo déficit público – vide, novamente, a (contra) reforma da previdência –, bem como a política de precarização, diferenciação e hierarquização das carreiras do funcionalismo, consubstanciada nas gratificações por "produtividade", nas restrições aos concursos públicos e no arrocho salarial. Neste sentido, há pouca ou nenhuma mudança em relação ao governo anterior. A expectativa de que mesas de negociação pudessem gerar políticas de progressiva recuperação salarial e reorganização das carreiras, foi frustrada por mais de um ano de experiência da Mesa Nacional de Negociação Permanente, na qual o governo mostrou poucas propostas e nenhum compromisso com negociações efetivas que respondessem a pauta encaminhada pelos sindicatos. Também nos ministérios, as categorias que apostaram em acordos específicos, viram uma sequência de compromissos quebrados, abalando a confiança mesmo dos mais crédulos na palavra dos representantes do governo.

Adverso - A Universidade Pública vem sendo desmantelada gradativamente nos últimos anos. A proposta do governo de comprar vagas nas Universidades Privadas não seria uma forma de se isentar da responsabilidade de investir na Universidade Pública?

Eduardo - O problema do acesso da população à Universidade é uma questão importante e é dever do Estado criar programas que ampliem as vagas no ensino superior. Agora, entendemos que é muito melhor para o País que a ampliação de vagas se dê nas Universidades Públicas, sabidamente mais qualificadas e voltadas para os interesses da sociedade e não para o lucro. Sem dúvida é difícil imaginar que este projeto não acarrete mais transferência de dinheiro público para instituições que sabidamente se encontram em situação financeira delicada e que têm um retorno social baixo, com cursos de qualidade duvidosa. Estes recursos, com certeza, deveriam fazer parte de um programa de recuperação da Universidade Pública, para que possa desenvolver suas atividades de forma ainda mais qualificada, permitindo o acesso de um maior número de estudantes, sobretudo os excluídos. Porém, qualquer programa de ampliação de vagas tem que obrigatoriamente ser acompanhado da ampliação de vagas docentes e da infraestrutura das Instituições de Ensino Superior públicas.

Céres - Com certeza, tanto essa proposta – que graças à pressão dos movimentos foi adiada e não será mais apresentada no formato de Medida Provisória como fora anunciado –, como as demais anunciadas e já em curso na chamada "Reforma Universitária" do governo acentuam o sentido privatizante das políticas para o ensino superior que vêm se efetivando na última década. Trata-se de ampliar ainda mais o financiamento público para o setor privado. As isenções e renúncias fiscais para o setor, que hoje representam o equivalente aos gastos necessários para dobrar as vagas nas Universidades Públicas, seriam ampliadas, para garantir os negócios de instituições privadas carentes sim, mas de qualidade do ensino e de compromisso social.

da somente ao mercado de trabalho. Ainda que a maioria da população não precise necessariamente cursar as universidades, é essencial que todos tenham garantido o direito de acesso ao ensino superior e isso só será possível com a ampliação da oferta de vagas no setor público, em direção ao fim do vestibular. Algo que pode parecer distante para nossa experiência elitista de Universidade, mas que se torna palpável se observarmos nossos vizinhos mais próximos, como Uruguai e Argentina, em que a tradição universitária garantiu o direito de acesso universalizado. Hoje, mesmo com o desmonte neoliberal também acelerado, esses países mantêm um percentual de jovens com acesso à Universidade que corresponde a duas vezes o nosso.

Adverso - A próxima eleição para reitores será decisiva para definir os rumos da Universidade Pública?

Eduardo - Sem dúvida, na medida que a posição dos reitores e da Andifes no debate da Reforma Universitária poderá ser decisiva no caminho que esta seguirá, levando as universidades a um avanço na autonomia e na garantia das fontes de financiamento. Ou então a um retrocesso, com a ampliação da privatização e do desengajamento do Estado. Igualmente, a atuação séria, responsável e propositiva da nova Andes que pretendemos construir será fundamental para a defesa da Universi-

dade Pública, gratuita e de qualidade, ao contrário da atual postura de negação da necessidade de reformar a Universidade.

Céres - Os reitores podem e devem ter um papel decisivo na defesa da Universidade Pública, desde que alicerçados em eleições democráticas, que os habilitem a representar o conjunto da comunidade universitária e que estejam apoiados na firme convicção de que a garantia constitucional da autonomia universitária deve ser levada a sério. O papel que nos últimos meses a Andifes vem desempenhando, ao denunciar a escassez de recursos e questionar o sentido de propostas como a da compra de vagas nas instituições privadas, tem sido importante e pode ser ainda mais amplo. Ressaltamos, no entanto, que a existência de reitores comprometidos com a Universidade Pública não substitui a necessária presença de um Sindicato Nacional autônomo, democraticamente inserido na categoria e disposto a representá-la com toda a combatividade necessária.

Adverso - Como a chapa que o senhor(a) representa pretende trabalhar para fortalecer o Movimento Docente?

Eduardo - Estando mais voltada para as necessidades específicas dos docentes, discutindo as questões que mais afetam suas condições de trabalho, trabalhando pela construção de uma nova carreira que reflita a realidade atual do perfil dos docentes. Discutindo concretamente questões como a do financiamento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão dentro da perspectiva de uma universidade autônoma, porém integrante de um sistema nacional que permita seu desenvolvimento. Com isto, pretende-se aproximar cada vez mais o Sindicato dos docentes e estes de seu Sindicato, tornando-o mais forte e capaz de intervir no debate das questões nacionais. Com o Instituto Andes de Estudos Universitários pretende-se criar um fórum de produção de idéias e projetos que ajude o Sindicato em sua ação, de forma mais qualificada e efetiva para os docentes e para o País.

Céres - Para responder a esta última pergunta, transcrevo a seguir uma manifestação de nossa candidata a presidente do Andes-Sindicato Nacional, professora Mari-
na Barbosa Pinto. (Texto na página 9)

Gil Vicente Reis de Figueiredo - candidato a presidente

MANIFESTO CHAPA 2

Uma Nova Andes é Possível Plural e da Luta

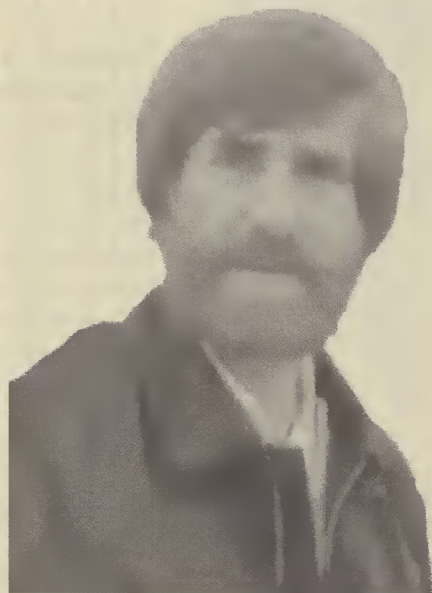
Nós, professores comprometidos com a construção de uma realidade social mais justa, lutamos por uma universidade academicamente séria, socialmente comprometida e na qual possamos trabalhar com condições adequadas e salários dignos. Estamos absolutamente convencidos que esta luta faz parte de um embate maior e que só será vitoriosa se for possível alterar o curso das políticas hoje vigentes. Mas temos a certeza de que a nós compete, sobretudo, propor uma agenda positiva que, alternativamente, trace os contornos da universidade que desejamos ver florescer.

Nós cremos ser vital que nos preocupemos com as questões inerentes à Universidade – e isto não quer dizer que nos descuidemos das questões gerais a que aludimos, significa ir além de falas panfletárias que, forjadas ou não pela boa fé, acabam por servir a outros fins. Afirmar isso resulta da nossa convicção de que cada sindicato tem a obrigação de conhecer sua própria identidade, de estabelecer suas peculiares formas de ação, de traçar suas táticas e buscar a conquista de suas reivindicações particulares, que, tomadas em conjunto, apontarão para o avançar coletivo, com força multiplicada, na direção de metas maiores.

Nós defendemos a total desvinculação da ANDES de partidos políticos ou instâncias institucionais de qualquer natureza. Os docentes que lançam este documento situam-se no campo democrático e popular. Muitos sequer têm filiação partidária, e os que a têm compreendem que sua atuação na nossa entidade não pode estar jamais atrelada a orientações externas.

Nós defendemos, intransigentemente e por princípio, o direito à divergência, o respeito à diferença de idéias e opiniões.

Nós defendemos a ampliação da interlocução com a sociedade política e civil, com as pertinentes associações e organizações profissionais, científicas, institucionais e partidárias, discutindo a importância e o pa-



pel da universidade com atores sociais, nela e fora dela, e concretizando as alianças que se façam necessárias à consecução de nossos objetivos. Defendemos, particularmente, o constante diálogo com a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, à qual somos filiados, a explicitação de convergências e divergências, com todo o calor que a nossa luta conjunta merece, mas também com todo o respeito a eventuais discordâncias e ao caráter construtivo de nossas relações.

Nós defendemos a fundação do Instituto ANDES de Estudos Universitários, na perspectiva de organizar e divulgar a contribuição dos docentes universitários para a implantação de um projeto para o país que tenha como eixos a soberania nacional, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento social.

Nós defendemos, finalmente, uma nova ANDES, que saiba responder aos anseios de seus filiados; que rompa as barreiras que hoje separam direções e bases, fortalecendo a representatividade e a democracia interna; que revitalize a participação docente, ampliando os limites de assembleias e outras instâncias tradicionais, inclusive com a criação de listas de discussão e de consultas eletrônicas; e que, sobretudo, seja capaz de fomentar o debate e a reflexão sobre os mais diversos temas – sindicais, acadêmicos, culturais e políticos.

Marina Barbosa Pinto- candidata a presidente

MANIFESTO CHAPA 3

Andes AD Autônoma e Democrática

Nos anos 1990, experimentamos o achatamento salarial e a retirada de muitos direitos. Vivemos, em 2002, a esperança de reverter o quadro das privatizações, da abertura econômica incondicional, da flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), dos juros altos, dos imensos superávits primários, da ampliação das dívidas e do desmonte progressivo dos serviços públicos em geral e das universidades em particular. Mais de 52 milhões de votos depois, assistimos ao episódio da contra-reforma da previdência, executada friamente em meio ao aprofundamento do quadro contra o qual lutamos. Não nos furtamos à mobilização e ao combate a tal contra-reforma, vindo de onde viesse.

Frente ao projeto de Reforma Universitária que vem sendo encaminhado pelo governo, mais do que nunca, precisamos manter a direção do Sindicato Nacional autônoma. Diante de um governo que possui fortes raízes no movimento sindical e já deu mostras da sua capacidade de cercar-se de direções dispostas a amortecer os conflitos, é fundamental preservarmos nossa combatividade para darmos respostas a propostas que acabam, na prática, com a universidade pública e gratuita que defendemos. Conclamamos todos a votar na Chapa 3 "Andes AD - Autônoma e Democrática", dando continuidade ao trabalho das duas últimas gestões do Sindicato. Sustentados pelas deliberações de base das assembleias da categoria, conseguimos, através de nossa ação sindical, mesmo com um quadro conjuntural dos mais adversos, preservar algumas conquistas e avançar em nossa pauta, seguindo na luta pelo nosso projeto de Universidade. Como na greve unitária dos docentes federais, em 2001, quando, além da conquista de uma reposição linear no salário-base (paritária com os aposentados e isonômica nas carreiras



de "1o. e 2o. graus" e de "3o. Grau"), contivemos algumas das medidas mais danosas aos interesses dos professores e dos cidadãos em geral, como a implantação do emprego público.

Manter e fortalecer a linha de intervenção do nosso Sindicato é fundamental. Basta lembrar a experiência da gestão 1998-2000 do Andes-SN (da qual participaram vários docentes e forças políticas hoje presentes na Chapa 2), quando a diretoria então recém-eleita, em atitude contrária às decisões das assembleias gerais e do Comando Nacional de Greve, referendou um acordo com Paulo Renato e Antônio Carlos Magalhães que pôs fim à greve das federais de 1998. Com esta atitude, foi introduzida a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), com todas as suas conseqüências: ameaça de instabilidade à remuneração dos docentes, ruptura com a paridade e a isonomia salarial e abertura para mecanismos anti-acadêmicos de medição de produtividade.

Autonomia e democracia, para fortalecer o Andes-SN e manter acesa a chama da luta!

Presidente: Gil Vicente Reis de Figueiredo - ADUFSCar
1º Vice Presidente: Eduardo Rolim de Oliveira - ADUFRGS
2º Vice Presidente: Edilza Joana Oliveira Fontes - ADUFPA
3º Vice Presidente: Beatriz d'Araújo Couto - APUBH
Secretária Geral: Cássia Damiani - ADUFC
1º Secretário: Antônio Passos Lima Filho - ADUFAL
2º Secretário: Homero Catão Maribondo da Trindade - ADUFPB
3º Secretário: Fernando Antônio Sampaio de Amorim - ADUFRJ
1ª Tesoureira: Denise Maria Maia - APUFPR
2ª Tesoureira: Eliane Leão - ADUFG
3ª Tesoureira: Maria Auxiliadora Leal Campos - ADUPE

REGIONAL NORTE I

1º Vice-Presidente: Manoel Coracy Saboia Dias - ADUFAC
 2º Vice-Presidente: Selma Suely Baçal de Oliveira - ADUA
 1º Secretário: Parmênio Camurça Citó - SEDUF-RR
 2º Secretário: Iraildes Caldas Torres - ADUA
 1º Tesoureiro: Domingos José de Almeida Neto - ADUFAC
 2ª Tesoureira: Teresa Cristina Ramos - ADUNIR

REGIONAL NORTE II

1º Vice-Presidente: Antônio José Figueiredo Moreira - ADFCAP
 2º Vice-Presidente: Antônio Sérgio Filocreão - Sindufap
 1º Secretário: Carlos Augusto Cordeiro Costa - ADFCAP
 2º Secretário: Jorge Garcia Filgueiras - ADUFPA
 1º Tesoureiro: Aluísio Fernandes da Silva Júnior - ADUFPA
 2º Tesoureiro: Joaquim Maia de Lima - ADUFPA

REGIONAL NORDESTE I

1º Vice-Presidente: José Maria de Sales Andrade Neto - ADUFC
 2º Vice-Presidente: Helder Machado Passos - APRUMA
 1º Secretário: Leonardo Ferreira Soares - ADUFPI
 2º Secretário: Raimundo Pedro Nery dos Santos - APRUMA
 1ª Tesoureira: Sandra Helena de Souza - ADUNIFOR
 2º Tesoureiro: José da Cruz Bispo de Miranda - ADCESP

REGIONAL NORDESTE II

1º Vice-Presidente: Francisco Jaime B. Mendonça - ADUFEPE
 2º Vice-Presidente: Antônio Guedes Rangel Júnior - ADUEPB
 1º Secretário: Severino Francisco de Oliveira - ADUFPB
 2º Secretário: Maurino Medeiros de Santana - ADUFCG
 1º Tesoureiro: Ademir Gomes Ferraz - ADUFERPE
 2º Tesoureiro: Francisco Wellington Duarte - ADURN

REGIONAL NORDESTE III

1º Vice-Presidente: Joviniano Soares de Carvalho Neto - APUB
 2ª Vice-Presidente: Ana Angélica Leal Barbosa - ADUSB
 1º Secretário: Josely Pereira Muniz - ADUCSAL
 2º Secretária: Maria de Lurdes Barros da Paixão - ADUSC
 1º Tesoureiro: Marcos Antonio da Silva - ADUFS
 2ª Tesoureira: Elvira Barbosa Quadros Côrtes - APUB

REGIONAL PLANALTO

1º Vice-Presidente: Maria Francisca Pinheiro Coelho - ADUnB
 2º Vice-Presidente: Abraão Garcia Gomes - ADUFG
 1º Secretário: Paulo Afonso Francisco de Carvalho - ADUnB
 2º Secretário: Ronaldo da Silva - ADCAC
 1º Tesoureiro: Peter Fischer - ADUFG
 2º Tesoureiro: Dirceu Luiz Hermann - ADCAJ

REGIONAL PANTANAL

1º Vice-Presidente: Wilson Ferreira de Melo - ADUFMS
 2º Vice-Presidente: Manoel Francisco de Vasconcelos Motta - ADUFMAT
 1º Secretário: Anderson Gheller Fröhlich - ADUNEMAT (Tangará Serra)
 2º Secretário: Flávio Dantas dos Santos - ADUFMS
 1º Tesoureiro: Osvaldo Nunes Barbosa - ADUFMS
 2º Tesoureiro: Sérgio Sebastião Negri - ADUFMAT (Rondonópolis)

REGIONAL LESTE

1º Vice-Presidente: Rosângela Carrusca Alvim - APUBH
 2º Vice-Presidente: Ângelo Gil Pezzino Rangel - ADUFES
 1º Secretária: Otávia Fernandes de Souza Rodrigues - APUBH
 2º Secretário: Manoel Ribeiro da Silva - APROEFEI
 1º Tesoureiro: Jaime Roberto Teixeira Rios - ADUFOP
 2º Tesoureiro: Euclides Honório de Araújo - ADUFU

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º Vice-Presidente: Giuseppe Mario Cocco - ADUFRJ
 2º Vice-Presidente: Júlio Cezar Vaz da Silva - ADCEFET - RJ
 1º Secretário: Daniel Aarão Reis Filho - ADUFF
 2º Secretário: Mauro José Sá Rego Costa - ASDUERJ
 1º Tesoureiro: João Ramos Torres de Mello Neto - ADUFRJ
 2º Tesoureiro: Flávio Costa Miguens - SESDUENF

REGIONAL SÃO PAULO

1º Vice-Presidente: Denis Luis de Paula Santos - ADUFSCar
 2º Vice-Presidente: Maria Aparecida de Aquino - ADUSP
 1º Secretário: José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP
 2ª Secretária: Dilma de Melo Silva - ADUSP
 1º Tesoureiro: Luís Alfredo Chinali - ADUNESP
 2ª Tesoureira: Elaine Skorzenski Gonçalves dos Santos - ADFATEC

REGIONAL SUL

1º Vice-Presidente: Paulo Cezar de Freitas Mathias - VPR (Sul)
 2º Vice-Presidente: Milton Muniz - APUFSC
 1º Secretária: Maria Eliza Giusti - APUFPR
 2º Secretário: Clair Castilhos Coelho - APUFSC
 1ª Tesoureira: Elizabeth de Araújo Schwarz - APUFPR
 2º Tesoureiro: Osni Jacó da Silva - APUFSC

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º Vice-Presidente: João Eduardo da Silva Pereira - SEDUFSM
 2º Vice-Presidente: Regina Helena Rodrigues Gonçalves - ADUFPeI
 1º Secretária: Daniela Marzola Fialho - ADUFRGS
 2ª Secretária: Maria Beatriz Mecking Carangi - ADUFPeI
 1º Tesoureiro: Júlio Cezar Colveiro - SEDUFSM
 2º Tesoureiro: Carlos Schmidt - ADUFRGS

CHAPA 3 _ Andes-AD - Autônoma e Democrática- Para não apagar o futuro

Presidente: Marina Barbosa Pinto - ADUFF
1º Vice-presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo - APUFSC
2º Vice-presidente: Osvaldo Coggiola - ADUSP
3º Vice-presidente: Maria Inês Corrêa Marques - APUB S.Sind e ADUCSAL
Secretário Geral: Márcio Antônio de Oliveira - APES-JF
1º Secretária: Milena Martinez - APUFPR
2º Secretária: Céres Maria Ramires Torres - ADUFPEL
3º Secretário: Edmundo Fernandes Dias - ADUNICAMP
1º Tesoureiro: Antônio de Pádua Bosi - ADUNIOESTE
2ª Tesoureira: Zenilde Moreira Borges de Morais - ADUFERPE
3ª Tesoureira: Edna Maria Magalhães do Nascimento - ADUFPI

REGIONAL NORTE I

1º Vice-presidente: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira - ADUNIR
 2º Vice-presidente: Francisco Jacob Paiva da Silva - ADUA
 1º Secretária: Nazira Correia Camely - ADUFAC
 2º Secretário: Francisco de Paula Brito - SEDUF - RR
 1º Tesoureiro: Carlos Luis Ferreira da Silva - ADUNIR
 2ª Tesoureira: Ana Cristina Fernandes Martins - ADUA

REGIONAL NORTE II

1ª Vice-presidente: Suelene Leite Pavão - ADUFPA
 2ª Vice-presidente: Marinalva Silva Oliveira - SINDUFAP
 1º Secretário: Paulo de Jesus Santos - ADFCAP
 2ª Secretária: Olgáises Cabral Maués - ADUFPA
 1º Tesoureiro: Benedito Gomes Santos Filho - ADFCAP
 2ª Tesoureira: Sandra Bernadete Moreira - ADUFPA

REGIONAL NORDESTE I

1ª Vice-presidente: Rosilda Silva Dias - APRUMA
 2ª Vice-presidente: Maria do Céu de Lima - ADUFC
 1º Secretário: Antônio de Pádua Rodrigues - ADUFPI
 2º Secretário: Emmanoel Lima Ferreira - SINDURCA
 1º Tesoureiro: José Menezes Gomes - APRUMA
 2ª Tesoureira: Nougá Cardoso Batista - ADCESP

REGIONAL NORDESTE II

1º Vice-presidente: Ibiraci Maria Fernandes Rocha - ADURN
 2º Vice-presidente: Levy Paes Barreto - ADUFERPE
 1º Secretária: Simone Sette Lopes - ADUFEPE
 2º Secretário: Carlos Augusto de Amorim Cardoso - ADUFPB-JP
 1º Tesoureiro: Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB
 2º Tesoureiro: Geraldo Marques Carneiro - ADUERN

REGIONAL NORDESTE III

1ª Vice-presidente: Zózina Maria Rocha de Almeida - ADUNEB
 2ª Vice-presindente: Terezinha Maria Barros Santos - ADUCSAL
 1º Secretária: Claudete Sales Sampaio - ADUFS-SE
 2º Secretário: Jorge Luiz Bezerra Návoo - APUB
 1ª Tesoureira: Wânia Souza Andrade - ADUCSAL
 2º Tesoureiro: Joselito Brito de Almeida - ADUNEB

REGIONAL PLANALTO

1º Vice-presidente: Enoch José da Mata - ADUFG
 2ª Vice-presidente: Maria Abádia da Silva - ADUNB
 1º Secretária: Maria do Carmo Morales Pinheiro - ADCAC
 2º Secretário: Helder Barbosa Paulino - ADCAJ
 1ª Tesoureira: Gene Maria Vieira Lyra Silva - ADUFG
 2º Tesoureiro: Antonio Roberto Medeiros Braga - SINDCEFET-GO

REGIONAL PANTANAL

1º Vice-presidente: Cláudio Freire de Souza - ADourados
 2º Vice-presidente: Antônio Gonçalves Vicente (Tati) - ADUFMAT-ROO
 1º Secretário: Aguinaldo Lenine Alves - ADUEMS
 2º Secretário: Iva Ferreira Gonçalves - ADUFMAT
 1º Tesoureiro: Pedro de Assis e Silva Filho - ADUFMAT
 2º Tesoureiro: José Luiz Finocchio - ADUFMS

REGIONAL LESTE

1º Vice-presidente: Maria Rosimary Soares dos Santos - APUBH
 2º Vice-presidente: Gilberto Marques Pereira - SINDCEFET-MG
 1º Secretário: Aloizio Soares Ferreira - ASPUV -
 2º Secretária: Maristela Nascimento Duarte - ADFUNREI
 1ª Tesoureira: Ranah Manezenzo Silva - ASPUV
 2º Tesoureiro: Roberto Alves Braga Jr. - ADUFLA

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º Vice-presidente: Paulo Antonio Cresciulo de Almeida - ADUFF
 2º Vice-presidente: Roberto Leher - ADUFRJ
 1º Secretária: Sonia Lúcio Rodrigues de Lima - ADUFF
 2º Secretário: Wilson Paes de Macedo - ASDUERJ
 1º Tesoureiro: Rômulo Garcia de Andrade - ADUR-RJ
 2º Tesoureiro: Carlos Alberto Lima - ADUNI-RIO

REGIONAL SÃO PAULO

1º Vice-presidente: Ana Maria Ramos Estêvão - ADUNESP
 2º Vice-presidente: Iole Iliada Lopes - VPR Regional - SP
 1º Secretário: Itamar Ferreira - ADUNICAMP
 2ª Secretária: Líria Maria Bettiol - APESFUNEC
 1º Tesoureiro: Nylson Gomes da Silveira Filho - ADUNIFESP
 2º Tesoureiro: Carlos Alberto Olivieri - ADUFSCar

REGIONAL SUL

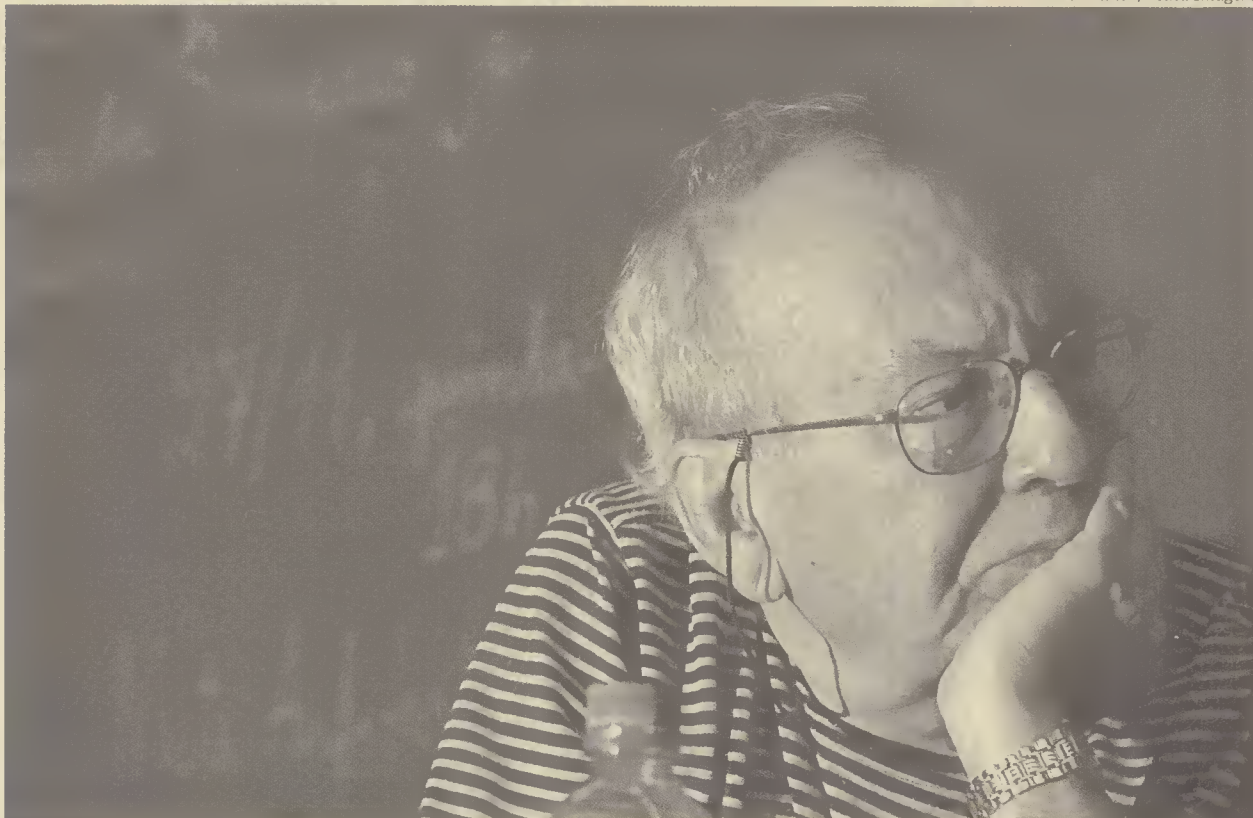
1º Vice-presidente: Hêlvio Alexandre Mariano - ADUNICENTRO
 2º Vice-presidente: Edson Domingos Fagundes - SINDOCEFET-PR
 1º Secretária: Maria da Graça N. Bollmann - APUFSC
 2º Secretário: Geraldo Pereira Barbosa - ADESSC
 1º Tesoureiro: Adilson Gil Tavares - SINDOCEFET-PR
 2ª Tesoureira: Sandra Mara Alessi Muntsch - APUFPR

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º Vice-presidente: Luiz Henrique Schuch - ADUFPeI
 2º Vice-presidente: Hugo Gomes Blois Filho - SEDUFSM
 1º Secretária: Lorena Almeida Gill - ADUFPeI
 2ª Secretária: Rejane Terezinha Pereira dos Santos - SEDUFSM
 1º Tesoureiro: Ângelo F. Maffissoni - APROFURG
 2º Tesoureiro: Luis Eduardo de Souza Robaina - SEDUFSM

“A hora da inocência acabou.” Agora, todo mundo é pecador.”

João Wainer / Folha Imagem



Oliveira: “Com essa distribuição de renda, onde 2,4% têm 33% da renda nacional, não chegaremos a lugar nenhum”

Um dos mais importantes intelectuais brasileiros e crítico de primeira hora do governo Lula, o sociólogo Francisco de Oliveira vem sendo uma das principais vozes do debate sobre a conjuntura nacional. Criador da polêmica figura do ornitorrinco, animal estranho, que expressa, segundo ele, a situação vivida pelo Brasil, Francisco de Oliveira, esteve em Porto Alegre. Ele participou de um debate promovido pelo Attac-Porto Alegre, com apoio da Adufrgs e de outras entidades, na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em entrevista ao jornal Adverso, o professor titular de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), avalia o atual quadro nacional, diz que o PT perdeu uma oportunidade histórica por não entender o real significado do governo FHC e rejeita a tese segundo a qual não há alternativas ao atual modelo econômico.

Marco Aurélio Weissheimer

AD verso - **Um de seus últimos trabalhos introduziu no debate público a figura do ornitorrinco para falar da situação atual do Brasil. O que é o ornitorrinco?**

Francisco de Oliveira - Darwin, quando viajava no Beagle, chegou na Austrália e encontrou o ornitorrinco. Toda teoria da evolução esbarrou no ornitorrinco, porque ele não tem nem futuro nem passado. Sabe-se hoje, depois de uma série de pesquisas, que os passarinhos têm origem lá nos dinossauros. O ornitorrinco é um entroncamento de várias correntes da evolução, que gerou um bicho que bota ovo, é mamífero, cujos filhotes não mamam em tetas, tem bico de pato e espora venenoso. Eu usei essa metáfora para mostrar uma sociedade em que várias formas da evolução capitalista se encontram e formam um bicho estranho, um país profundamente desigual, que não tem mais como combater a desigualdade. Ao contrário, só faz crescer o sentido de aumentá-la. É uma sociedade onde 2,4% detêm 33% da renda nacional. Não há nada parecido em todo o mundo. Mesmo nos Estados Unidos não há uma concentração de renda tão espantosa.

Adverso - E, na sua avaliação, quais são as causas desse processo crescente e combinado de concentração de renda e desigualdade social, expresso pela figura do ornitorrinco?

Oliveira - Essa concentração de renda não é produto apenas da longa história brasileira. Ela é produto do novo. Foi a industrialização que fez isso e o fato de a economia estar estagnada há muitos anos aumentou a desigualdade. Apesar disso, você vê novas manifestações do capitalismo central, introjetadas aqui, que só fazem aumentar esse quadro de desigualdades. Um bom exemplo desse processo e do que é ornitorrinco, é o caso da grande mecenas da arte moderna brasileira, a dona Iolanda Penteadó, personagem central da minissérie “Um só coração”, da Rede Globo. Dona Iolanda financiou os artistas que revolucionaram a arte moderna brasileira. A sua fazenda era administrada pelo regime da meação. Ou seja, ao mesmo tempo em que patrocina-

va a arte moderna, estava com os pés plantados numa coisa arcaica como o regime da meação na agricultura e na pecuária. O ornitorrinco é isso.

Adverso - O ornitorrinco, neste contexto, expressa uma situação de impasse e de crise social e econômica. É possível uma evolução positiva desse quadro?

Oliveira - Eu creio que sim. Para os que crêem, mesmo a morte tem solução. Para estes, depois da morte vem a vida eterna. Eu pretendo solucionar as minhas coisas aqui. A vida eterna, se vier, é lucro. Se não vier, já estará tudo resolvido. Portanto, a sociedade brasileira pode resolver esse problema. Agora, para isso, é preciso romper com certas condições externas pré-estabelecidas e outras condições que alimentam a questão externa. Por exemplo, você pode estabelecer um sistema de controle cambial. Por que não? Você estabelece um controle sobre as contas de capital. Não precisa ser duro. Não precisa impedir importações, como o Brasil já fez. A reforma de 1952, de Oswaldo Aranha, instituiu um sistema múltiplo de taxas de câmbio, por exemplo, através do qual eram ordenadas as prioridades do país. A prioridade era a importação de bens de capital. Então, esses bens tinham a taxa de câmbio mais favorecida. Perfumes franceses não tinham nenhuma prioridade e tinham uma taxa de câmbio mais alta. Não precisamos chegar a isso de novo. Basta exercer um controle sobre a conta de capital das transações correntes.

Adverso - E como se faz isso?

Oliveira - Como o Chile fez, por exemplo. Qualquer capital que entrou no país, só pode sair depois de um período de 180 dias. Isso já resolve um pouco do problema, porque a especulação financeira move os capitais todos os dias de um país para outro. A partir de mecanismos desse tipo é possível estabelecer um controle. Praticamente todos os países fizeram isso e o Fundo Monetário Internacional foi obrigado a reconhecer sua adoção. Há várias formas, desde as mais simples até as mais sofisticadas. O que não pode é um país periférico, que não tem nem 1% do comércio internacional, ter a pretensão de ter câmbio livre. Isso

não existe, principalmente quando você não tem uma moeda internacional capaz de bancar esse jogo. O Brasil sempre fez algo diferente. Quando não se tem moeda poderosa em nível internacional, usa-se outros meios para obter os mesmos resultados. A novidade do período neoliberal é que eles passaram a acreditar que basta ter uma moeda estável para dirigir o movimento de capitais, para alocar recursos na economia. Mas as coisas não funcionam assim.

Adverso - Ainda predomina no debate econômico a visão segundo a qual não há alternativa ao atual modelo. Qual sua opinião sobre essa visão que permanece hegemônica? Não há, de fato, alternativas?

Oliveira - É possível diversificar muito as formas pelas quais você convive, mesmo no mundo capitalista. O governo Lula foi eleito não com a promessa radical de romper com todos os modelos. Foi eleito apenas com a promessa, bastante menos ambiciosa, de encontrar meios para diminuir um pouco a desigualdade na sociedade brasileira. Se você medir o governo Lula pela medida mais radical, aí sua decepção será enorme. O problema é que, mesmos os mais modestos, que estão medindo pela régua apenas de uma atenuação das desigualdades, também já estão se decepcionando. Ou seja, a régua de Lula não chega nem mesmo para tentar mudar um pouquinho as atuais condições da sociedade. Com essa distribuição de renda, onde 2,4% têm 33% da renda nacional, não chegaremos a lugar nenhum. Chegaremos de novo onde já estamos. Chegaremos ao ornitorrinco e aí ficaremos.

Adverso - Você tem sido um dos principais críticos do governo Lula, desde o seu início. Como pode ser definido seu sentimento em relação ao governo?

Oliveira - Eu não tenho decepções. Acredito que você só deve ter decepções importantes no amor. É o único lugar onde essa palavra cabe. No resto, não se trata de decepções. É um olhar de alguém que tem uma vivência política e militante há muito tempo e que, ajudado pelo que aprendeu na história, diz que por aí não dá. Então, eu não tenho compromisso com isso.

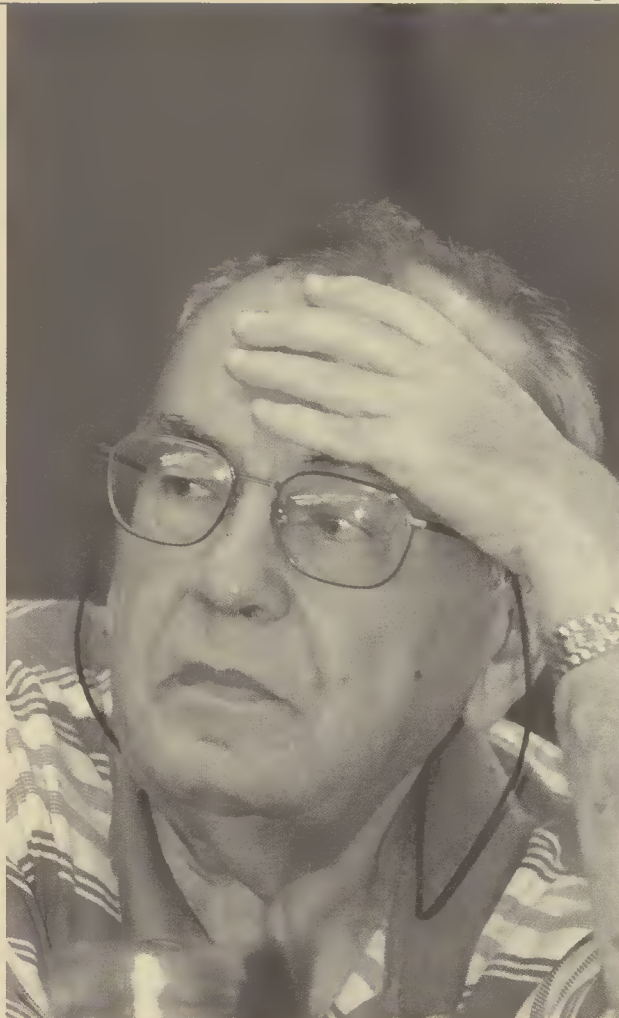
Adverso - As principais lideranças do governo Lula dizem que algumas políticas e práticas do governo anterior precisam ser mantidas em nome da governabilidade. Qual a sua avaliação sobre essa afirmativa?

Oliveira - O governo Lula tende a reduzir tudo ao denominador comum da governabilidade, esse conceito falsificado que anda por aí. Governabilidade, para eles, é ter maioria no Congresso. Isso é querer governar pelos padrões anteriores. E aí o governo consegue esse proeza extraordinária. Nem Fernando Henrique teve esse maioria no Congresso como o PT tem. Entretanto, ele não governa. Fernando Henrique, com muito menos, governou. No seu primeiro mandato, Fernando Henrique fez exatamente aquilo no qual se fixou. O governo Lula, salvo no caso da reforma da Previdência que deve ser posta entre aspas, não consegue andar, mesmo com maioria no Congresso. O problema é que ele perdeu a maioria social. E até perdeu porque o PT, como partido da ordem que é agora, tenta desmobilizar e aí não tem em que se apoiar. De um lado, qualquer alternativa, para ser viável, depende da capacidade de ter hegemonia no movimento social. De outro, também é possível governar em outras situações. É possível governar como uma ditadura, por exemplo. Mas uma ditadura não quer dizer hegemonia, quer dizer exatamente o contrário. Você governa pela força, porque não tem consenso na sociedade. O governo Lula está numa situação estranha. Ele não tem a hegemonia porque perdeu o consenso da sociedade, tem maioria política, mas essa maioria não governa. Então, o PT está, realmente, no pior dos mundos. Não é ditadura nem tem a hegemonia e a capacidade de dominação que o governo FHC revelou. A Igreja Católica tinha uma figura antigamente que era o limbo, o lugar das almas perdidas, o lugar onde nunca se verá a Deus. Não é o inferno, mas é um lugar de onde ninguém sai. O PT está mais ou menos nesse lugar.

“Um país periférico, que não tem nem 1% do comércio internacional não pode ter a pretensão de ter câmbio livre”

Adverso - Você diz que o ornitorrinco é um bicho que não tem passado nem futuro. No entanto, você faz uma espécie de genealogia do ornitorrinco, procurando explicar como é que surge essa figura estranha no Brasil, como resultado do encontro de várias formas capitalistas. Então, não é algo que surge por acaso e, dado o estágio atual do desenvolvimento capitalista, o ornitorrinco talvez não seja uma particularidade brasileira e sim um bicho possível de aparecer em países periféricos, com características semelhantes as do Brasil. Você também defende que o PT e a esquerda de um modo geral não souberam entender o que foi o período FHC, do ponto de vista das mudanças nas relações de propriedade e de classe ocorridas na sociedade brasileira. Se isso é assim, de certo modo o que está acontecendo hoje com o governo Lula não é uma espécie de consequência lógica desse quadro? Poderíamos esperar algo diferente, dados esses elementos antecedentes?

Oliveira - Não. Exatamente por tudo isso é que poderia ser diferente. Porque tivemos um momento de quebra, de cisão entre a estrutura de representação política e as bases materiais. Em outras palavras, a política representativa não representa mais. Essa chance se abriu, apesar do ornitorrinco. Era preciso levar a sério os 52 milhões de votos que esse governo teve. Essa era a ligação possível entre a política e a sociedade, uma ligação tênue e fugaz, que deveria ter sido aproveitada naquele momento. Era preciso avançar daí e reorganizar para a frente o conjunto de forças que esse momento de indeterminação deixou mais ou menos sem ligação. É o que eu chamo de momento leninista da história. É um momento leninista porque há a percepção de que você pode mudar essa relação de forças. A via revolucionária



Oliveira: “Nem Fernando Henrique teve essa maioria no Congresso como o PT tem. Entretanto, não governa. FHC, com menos, governou”

aparece sempre quando esta conjuntura se esgota rapidamente. Foi o que apareceu com Lênin. Quando ele estava à frente de uma situação de dissolução do poder czarista e a palavra de ordem era ‘todos à Assembléia Constituinte’, ele pegou essa palavra e mandou todos votar e disputar o poder dentro da Assembléia Constituinte. Isso depois revelou-se insuficiente e os russos caminharam para a revolução. Mas o momento leninista, propriamente, foi o anterior. Uso essa expressão até para provocar, porque Lênin hoje é tido como ultrapassado e totalitário. Uso ele para provocar deliberadamente. Mas na história há momentos desse tipo. O Brasil experimentou esse momento, quando surge uma oportunidade para reconstruir forças políticas dispersas, reconstruir para frente. O PT gastou esse momento e ele passa. Não se apresenta todos os dias porque as forças sociais encontram um momento de acomodação. O governo Lula perdeu uma oportunidade histórica por não entender o real significado do governo FHC. O que se passou foi uma ruptura entre o sistema de representação política e a base material da sociedade. A estrutura de propriedade e as relações de classe foram intensamente afetadas pelas privatizações, um processo de acumulação privada feito com dinheiro público. Categorias inteiras mudaram de natureza da noite para o dia e isso tem importantes repercussões na política.

Adverso - Essa oportunidade perdida é resultado de uma insuficiência teórica da esquerda brasileira para entender as modificações ocorridas no Brasil nos últimos anos, especialmente no governo Fernando Henrique?

Oliveira - Tem isso também, mas uma transformação social não se faz só porque a teoria dá uma aparelhagem para entender os processos. Mas de fato há uma enorme indigência teórica na esquerda brasileira como um todo. Não há formulações novas e o PT, particularmente, é muito pobre neste sentido. Eu organizei, quando ainda era do PT, há mais de dois anos, junto com Antônio Candido e Paul Singer, dois ciclos de debates sobre socialismo. Em primeiro lugar, a presença de membros eminentes do PT era quase zero. A presença de sindicalistas era quase zero. O que tinha lá era nós com nós. Era a velha esquerda falando as mesmas coisas, mostrando uma

enorme indigência teórica. Isso vai de par com o fato de que houve modificações na própria composição das forças que constroem o PT, que levaram água para outra direção, muito mais pragmática. É isso que chamei de uma nova classe social. Usei esse conceito do passado para problematizar essa situação. Há aí uma coisa nova que eu não sei o que é e decidi chamar com o nome de um velho conceito. Essa nova classe social é definida por interesses que estão dentro do movimento sindical brasileiro, que vão no sentido de apoiar a financeirização da economia. Isso juntou-se com a indigência teórica e deu no que estamos vendo aí. Em outras palavras, a estrutura que dirige o PT mudou de lado, por mais que digam que não. Há setores do PT que apostam hoje no êxito do capitalismo no Brasil. Para resumir, é assim.

Adverso - Diante desse quadro, como você vê a possibilidade de recomposição das forças políticas no Brasil? Existe alguma força política que seja capaz de recompor esse quadro rompido no final do governo FHC?

Oliveira - Não tem nenhum. Não é à toa que as especulações que aparecem na imprensa e que apareceram pela boca do próprio presidente falam de um encontro entre o PT e o PSDB. O que ele está dizendo com isso? Está reconhecendo que perdeu a hegemonia, que há outra metade com a qual é preciso se juntar para governar, para refazer o esquema da institucionalidade política. Em vários momentos isso está aparecendo. Então, não há nenhuma força política que, sozinha, seja capaz de dar as diretrizes. Estão todas bastante gastas, mas vão se recompor de alguma maneira. Não está indicado ainda por onde ocorrerá essa recomposição. E as siglas que estão aí, pouco significam. São todas mais ou menos clones das duas originais que, no momento, são PT e PSDB. São originais porque elas é que encarnam essa perseguição para que o capitalismo dê certo aqui.

“Acredito que, durante algum tempo ainda, PT e PSDB serão o centro de gravitação da política brasileira”

Isso é, basicamente, o que as une do ponto de vista ideológico. Uma se diz herdeira da social-democracia, o que é uma falsificação. A social-democracia, em todos os países do mundo, nasceu sempre do movimento operário. O PSDB não nasceu daí, mas faz parte dessa família que aposta no êxito do capitalismo aqui. Acredito que, durante algum tempo ainda, PT e PSDB serão o centro de gravitação da política brasileira. Os outros partidos são todos clones dessa formação. O PFL não representa força do capital alguma, ou você acha que o Maranhão é a força dirigente do capitalismo brasileiro? O que é que o PFL tem de orgânico do grande capital? Não tem nada. O que é o que PTB é? Alguém consegue me dizer o que é que o PTB é em qualquer parte do Brasil? O PDT nem falar, está morrendo de agonia. Alguém pode me dizer o que é o PL, além de um grupo de evangélicos?

Adverso - Para você, enquanto intelectual militante de esquerda, o PT é então uma página virada?

Oliveira - Não sou um adepto da política do quanto pior melhor ou da terra arrasada. Sou adepto da política do quanto mais quente melhor. Há muitos companheiros valorosos que permanecem no PT e eu respeito essa posição. Se eu morasse em Porto Alegre, votaria no Raul Pont sem nenhuma dúvida. Parte das soluções ainda passa pelo PT. É preciso avaliar cada situação, cada conjuntura. Ainda é possível pensar que Olívio Dutra seria melhor governador do que Rigotto. Temos que tensionar até o limite esse PT que está aí e uma das formas de tensioná-lo é eleger Raul Pont em Porto Alegre. A atitude do quanto pior melhor é muito perigosa na política. Agora tem uma coisa, acabou o cheque em branco para o governo Lula. Pode ser que a gente faça um cheque nominal com o valor preenchido. É melhor assim. A era da inocência acabou e, para falar a verdade, assim é melhor. Agora, todo mundo é pecador.



Sandra Corazza* - Professora da Faculdade de Educação/Ufrgs

A briga das partes pela Coisa



Francisca Braga

Por causa da propriedade de uma Coisa, duas Partes brigavam: dizia a primeira "– É minha"; "– É minha", a outra gritava; e nenhuma se entendia, nem a Coisa largava. Por causa do amor à Coisa, uma Parte afirmava: "– Eu amo a Coisa muito mais do que aquela desamorosa Parte"; enquanto esta retrucava: "– Não é verdade, é o meu amor à Coisa que não tem limites". Em se tratando da felicidade, uma das Partes não tinha dúvidas: "– Aqui é que a Coisa será plenamente feliz, lá não, lá será impossível"; o que dava à outra Parte motivo para afirmar: "– Só conosco é que a Coisa será integralmente feliz". Quanto à educação, uma Parte dizia: "– Nós vamos lhe dar uma escola de vida inteira, da melhor qualidade, e totalmente gratuita"; enquanto a outra Parte balbuciava: "– Aqui, com a sua Parte, a Coisa aprenderá lições de seus antepassados, de sua cultura, de sua língua, de seus ofícios". E assim por diante: saúde física, bem-estar psíquico, cuidados, proteção, mimos, limites, realização, cidadanização etc. – tudo era disputado.

As duas Partes recebiam reforços de muitos especialistas: diplomatas, deputadas de esquerda, policiais, psicólogas, esquizoanalistas, juízes, assistentes sociais, militantes dos direitos humanos, defensores da infância e da juventude, leitores de jornais, espectadores de noticiários nacionais em horário nobre, jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, repórteres, chargistas, professoras... todos entravam na briga e brigavam – embora todos também soubessem que a Coisa perdia, sofria, não entendia, tinha pânico, era assustada, ameaçada, quase exterminada. Mas, não importava: as Partes, engrossadas por seus partidários, continuavam puxando a Coisa para lá e para cá, retirando-a de casa, levando-a a viajar, a se afeiçoar, a se desterritorializar.

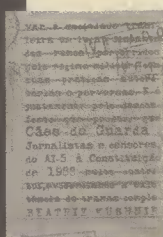
A Coisa não entendia como podia tudo isso estar acontecendo com ela, que era tão pequena, indefesa, travessa, brincalhona – apesar de tudo. Como podia tudo isso acontecer numa época que clamava pelo resgate da infância, pela infantilização dos infantis, pela conjuração de uma infância roubada, massacrada, vilipendiada, ne-

gada. A Coisa pensava, às vezes: "– Amor demais dói!" Ou, então, duvidava: "– Será que é amor por mim que essas Partes têm? Sei não, se fosse amor mesmo, as Partes parariam de me tratar como "uma coisa" a ser disputada, ganha ou perdida. Se fosse amor de verdade, uma delas cederia e pararia de me querer, como se eu fosse "uma coisa", querendo apenas que eu ficasse bem, não é certo?"

Até que um dia, a Coisa cansou, saturou, encheu a paciência e foi-se embora. Criou uma linha de fuga, subiu por ela e, sem despedir-se de nenhuma das Partes, foi embora para outro lugar, para outra vida, para outro mundo. Um mundo sem documentação nem aeroportos, sem choro nem gritos, sem puxões nem cabo-de-guerra, sem avós nem tios, sem representantes comerciais nem pescadores aldeões. Foi embora para, dessa vez, poder ser verdadeiramente feliz e viver simplesmente sem ser "A Coisa". Embora – Iruan próprio relata –, às vezes, ele ainda sonhe com tudo aquilo e acorde gritando de medo.

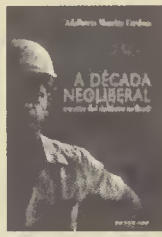
* Pesquisadora da infância/CNPq

ORELHA



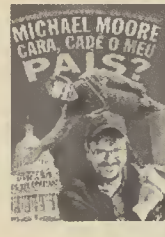
Cães de Guarda
Jornalistas e
Censores, do AI-5 à
Constituição de 1988
Beatriz Kushnir
Lançado nos 40 anos
do golpe de 1964, este

livro é fruto de intensa pesquisa sobre um dos aspectos fundamentais do regime militar: sua relação com os órgãos de imprensa, da censura à colaboração. Editora Boitempo. 408 pgs.



A década neoliberal
e a crise dos
sindicatos no Brasil
Adalberto Moreira
Cardoso

Parte da Coleção Mundo do Trabalho, a obra incorpora dados sociais, políticos, econômicos e jurídicos, além de um quadro analítico, com as possibilidades sindicais abertas pelo novo cenário. Editora Boitempo. 336 pgs.




Cara, cadê o meu País?
Michael Moore
É a edição brasileira
do livro "Dude,
Where is my


Country?", do cineasta norte-americano Michael Moore. O livro tem a mesma linha ácida do primeiro, com críticas ao governo de George W. Bush. Editora Francis. 276 pgs.

WWW

Língua portuguesa

 www.sualingua.com.br
Sítio do professor Cláudio Moreno. Apresenta respostas para diversas dúvidas sobre a língua portuguesa, pode-se descobrir, por exemplo, de onde surgiu a expressão "tonga da mironga do cabuletê".

Ciência e Tecnologia

 www.mct.gov.br
O sítio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) conta com um interessante portal de informações. São notícias, reportagens especiais, agenda de eventos e clipping atualizado sobre temas relacionados ao MCT.

PEC paralela e redução da idade para aposentadoria integral

Tramita na Câmara desde janeiro a chamada “PEC PARALELA”, que irá introduzir ajustes na EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41 (PEC-40), gerando para os servidores públicos uma nova modalidade de aposentadoria com proventos integrais antes de atingir a idade exigida pelas regras permanentes (60 anos para homem e 55 para mulher).

Como se sabe, ela resulta de acordo do Governo com SENADORES para viabilizar aprovação da PEC-40 sem alterações, o que propiciou sua promulgação em 31.12.03. Já aprovada em dois turnos pelo SENADO, a PEC PARALELA parece ter assegurada tramitação sem resistências na Câmara, prevendo-se sua aprovação final nos próximos meses. A nova modalidade de aposentadoria por tempo de serviço é transitória porque invocável somente por quem já havia ingressado no serviço público até a data de sua promulgação. Mas este marco pode ser alterado na Câmara.

A NOVA MODALIDADE DE APOSENTADORIA

Requisitos

A nova PEC, agora tramitando na Câmara, estabelece no seu artigo 5º os seguintes requisitos a serem preenchidos pelos servidores públicos:

- a) ingresso no serviço público antes da sua promulgação ;
- b) 35 anos de contribuição para o homem;
- c) 30 anos de contribuição para a mulher;
- d) 25 anos de efetivo serviço público;
- e) 15 anos de carreira;
- f) 5 anos no cargo.
- g) Idade mínima com redução de um ano sobre a mínima exigida (60 anos o homem ou 55 anos a mulher) para cada ano de contribuição que exceder os requisitos da letra b e c (35 anos para o homem e 30 para a mulher).

Lembre-se que a norma fala em tempo de contribuição e não em tempo de serviço, porquanto desde a Emenda 20, de 15.12.1998, passou o requisito a ser contribuição. No entanto, ficou ressalvado que todo o tempo de serviço anterior a 1998, seria considerado tempo de contribuição mesmo que ela não tivesse ocorrido. Assim, serão computados todos os períodos de atividade, porque depois de 1988 todos contribuíram.

Integralidade

A nova modalidade assegura formalmente proventos integrais para todos os servidores que completarem todos os requisitos cumulativamente.

Paridade

Observa-se que essa nova modalidade garante também a paridade dos proventos dos aposentados com os vencimentos dos ativos, fazendo remissão ao artigo nº 7 da Emenda Constitucional nº 41. Esta paridade é integral, garantindo as revisões dos proventos dos inativos nas mesmas datas e com

os mesmo índices dos vencimentos dos servidores em atividade. Garante, também, a extensão aos inativos das majorações decorrentes de novas vantagens conferidas aos ativos ou decorrentes de reestruturação de cargos ou de carreira.

BENEFICIÁRIOS PROVÁVEIS

Serão beneficiados por ela os servidores que completarem o tempo normal de contribuição (35 ou 30 anos) alguns anos antes de alcançar a idade mínima considerada normal para aposentadoria (60 ou 55 anos) e tiverem preenchido simultaneamente os demais requisitos. Para cada ano que trabalharem além dos 35 ou dos 30 anos, ganharão o bônus de um ano na idade exigida.

Assim, se um servidor-homem tiver completado os 35 anos de contribuição aos 54 anos de idade, poderá se aposentar com direito a proventos integrais aos 57 anos de idade e 38 anos de contribuição. Isto desde que nesse momento já tenha completado todos os demais requisitos, elencados nas alíneas d, e e f.

É possível prever que essa nova modalidade irá interessar a um grande número de servidores. A Emenda LULA (EC-41), em vigor desde 31.12.2003, mutilou as modalidades de aposentadoria das regras de transição geradas pela Emenda nº 20, de dezembro de 1998.

A TRAMITAÇÃO DA PEC PARALELA E A POSSIBILIDADE DE NOVAS ALTERAÇÕES

Na Câmara dos Deputados, a PEC paralela ainda pode sofrer modificações. Naturalmente que para piorá-la. O universo dos beneficiários que, no texto aprovado pelo Senado, correspondia a todos os servidores admitidos até a sua aprovação e promulgação foi restringido pelo relator na Câmara — deputado Pimentel. Se aprovada essa alteração, a PEC Paralela beneficiará somente os servidores públicos admitidos até a promulgação da Emenda 20, em 15 de dezembro de 1998. Quem ingressou após essa data, e antes da Emenda Lula, cairia nas regras de transição da Emenda 20, para aposentar-se antes dos 60 ou 55 anos. Mas já pegaria essa modalidade com as alterações maléficas da Emenda Lula (conforme matéria abaixo).

Mudanças produzidas pela Emenda Lula (EC-41/03) nas modalidades de transição da Emenda FHC (EC-20/98)

Foi suprimida pela EC-41 (Emenda-Lula) a hipótese de aposentadoria proporcional, com os requisitos:

- a) tempo de serviço: 30 anos para o homem e 25 anos a mulher (observando os bônus e pedágios);
- b) idade: 53 anos o homem e 48 anos a mulher. E o servidor que não completou todos os requisitos até 31 de dezembro de 2003, não terá mais possibilidade de invocá-la, ao completar posteriormente os requisitos.

A hipótese de aposentadoria integral, com idade reduzida (53 anos o homem e 48 anos a mulher) gerada pela Emenda 20, ficou enormemente prejudicada, em face das seguintes alterações:

- a) os proventos deixaram de ser pela remuneração do último cargo e passarão a ter por base uma média dos valores usados para a contribuição ao longo de toda a vida profissional (em face da MP 167/04 ficou só o período posterior a 1994).

- b) além disto, foi instituído um redutor incidente sobre o valor dos proventos apurados na forma da letra a, fixado da seguinte maneira:

— Servidores que completarem todos os requisitos até 31.12.05 terão um redutor de 3,5% para cada ano

faltante para alcançar a idade considerada normal para aposentadoria: (60 anos o homem e 55 anos a mulher). — Servidores que completarem todos os requisitos após 31.12.05 terão um redutor de 5% para cada ano faltante para alcançar a idade considerada normal (60 anos para o homem e 55 para mulher).

Além disto, foi suprimida a garantia da paridade com os ativos. Haverá apenas uma correção anual para reposição das perdas inflacionárias, nos termos definidos em lei.

Com estas alterações, a modalidade gerada pelas regras de transição da Emenda nº 20/98 ficou pior do que a aposentadoria da Previdência Geral (INSS). Daí porque é previsível a migração dos servidores que, em 31 de dezembro de 1993, ainda não haviam completado os requisitos para se aposentar pelas regras de transição da Emenda 20, irão migrar para a modalidade que será gerada pela PEC paralela. Isso se quiserem se aposentar antes dos 60 ou 55 anos. A Emenda Lula criou uma nova modalidade com proventos integrais e paridade, mas exigiu 60 ou 55 anos.

ESPECIAL REFORMA DA PREVIDÊNCIA

REGRAS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

REGRA GERAL

Requisitos

INTEGRAL

Tempo de serviço: 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres)
Proventos: Integrais
Paridade: Plena com ativos

PROPORCIONAL

Tempo de serviço: 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres)
Proventos: Integrais
Paridade: Plena com ativos

MODALIDADE ESPECIAL DOCENTES DE 1º, 2º E 3º GRAUS

Requisitos

Tempo de serviço: Exercício só no Magistério por 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres)
Proventos: Integrais
Paridade: Plena com ativos

Para os docentes que tinham mais de 5 anos de serviço fora do Magistério era melhor invocar a REGRA GERAL, em lugar da MODALIDADE ESPECIAL

A APOSENTADORIA ESPECIAL foi suprimida para os docentes de 3º Grau, mas ficou garantida a contagem de tempo anterior, com acréscimo. Já os docentes de 1º e 2º grau mantiveram o direito, acrescentando apenas o requisito de idade.

REGRAS DE TRANSIÇÃO INSTITUÍDAS PELA EMENDA FHC (EC-20/98)

MODALIDADES DE APOSENTADORIA

Requisitos

INTEGRAL

Idade: 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres)
Tempo de serviço: 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres)
— O tempo de MAGISTÉRIO até 1998 é acrescido de um bônus de 17% (homens) e 20% (mulheres).
— O tempo faltante para a aposentadoria (após 15/12/1998) é acrescido de um ônus de 20% (homens e mulheres). (Isso se for invocado exclusivamente o tempo de magistério).
Proventos: integrais
Paridade: plena com ativos

PROPORCIONAL

Idade: 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres)
Tempo de serviço: 30 anos (homens) e 25 anos (mulheres)
— No mínimo 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 5 anos de exercício efetivo no cargo.
— Os professores que invocarem esta modalidade não têm o bônus concedido na modalidade de aposentadoria integral.
— O tempo que falta para a aposentadoria, a partir de 15/12/98, é acrescido de um ônus de 40%.
Proventos: são de 70% da aposentadoria integral e mais 5% por ano de contribuição adicional.

REGRA DE TRANSIÇÃO ALTERADA PELA EMENDA LULA (EC-41/03)

MODALIDADES DE INTEGRAL

Requisitos

Idade: 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres)
Tempo de serviço: 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres)
— No mínimo 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 5 anos de exercício efetivo no cargo.
— O tempo de serviço até 1998 é acrescido de um bônus de 17% (homens) e 20% (mulheres), para os docentes de 3º Grau.
— O tempo de falta para a aposentadoria (após 15/12/1998) é acrescido de um ônus de 20% (homens e mulheres). (Isso se for invocado exclusivamente o tempo de magistério).

Proventos não têm como referência a última remuneração, mas a média das remunerações utilizadas como base para as contribuições nos regimes público e da Previdência Geral.
Redutores: O valor das aposentadorias requeridas até 31/12/2005 sofrerá uma redução de 3,5% por ano de idade que falta até o limite de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres) ou de 5% por ano faltante, após essa data.
Reajuste: Acaba a paridade com os ativos e diz que "é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei".

REGRA DE TRANSIÇÃO CRIADA PELA EMENDA LULA (EC-41/03)

MODALIDADES DE INTEGRAL

Requisitos

Idade: 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres)
Tempo de serviço: 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres)
— No mínimo 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 5 anos de exercício efetivo no cargo.
— O tempo de serviço até 1998 é acrescido de um bônus de 17% (homens) e 20% (mulheres), para os docentes de 3º Grau.
— O tempo de falta para a aposentadoria (após 15/12/1998) é acrescido de um ônus de 20% (homens e mulheres). (Isso se for invocado exclusivamente o tempo de magistério).
Proventos: não têm como referência

a última remuneração, mas a média das remunerações utilizadas como base para as contribuições nos regimes público e da Previdência Geral.
Redutores: O valor das aposentadorias requeridas até 31/12/2005 sofrerá uma redução de 3,5% por ano de idade que falta até o limite de 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres) ou de 5% por ano faltante, após essa data.

Reajuste: Acaba a paridade com os ativos e diz que "é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei".



2003 EMENDA LULA (EC-41 de 31/12/2003)

Suprime a modalidade de aposentadoria proporcional e mutila a modalidade de aposentadoria integral das regras de transição da EC-20, cortando a integralidade dos proventos e a paridade.

Regras permanentes instituídas na Emenda Lula (EC-41), obrigatórias para os novos servidores

- Altera o art. 40 da Constituição Federal, eliminando proventos integrais (valor é definido pela média da remuneração) e extinguindo a paridade com os ativos.
- Fica mantido o critério de idade mínima: 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres).
- Fica mantido o critério de tempo de contribuição: 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres).

Regras permanentes instituídas pela Emenda FHC (EC-20), obrigatórias para os novos servidores

- 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres)
- 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres)

1998 EMENDA FHC (EC-20)

Institui o quesito de **idade mínima** e regras de transição para quem está trabalhando

2002

2001

2000

1999

1988

1995

1996

1997

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Reforma da Previdência em três tempos

1988 — A Emenda nº 20, de 15.12.98

Alterou as regras da aposentadoria por tempo de serviço da Constituição de 1988, no seguinte:

1º) introduziu nas regras permanentes, requisito de idade (Homens: 60 anos e Mulheres: 55 anos);

2º) criou regras de transição para os servidores que ingressaram antes dela.

3º) suprimiu aposentadoria especial (Homens: 30 anos e Mulheres: 25 anos) para os docentes do 3º grau, mantendo para os do 1º e 2º grau.

4º) criou regras de transição, para os servidores admitidos até então, admitindo aposentadoria com idade reduzida (Homens: 53 anos e Mulheres: 48 anos) com 2 modalidades:

4.1 - aposentadoria com tempo integral com pedágio de 20% sobre tempo faltante em dezembro de 98 e bônus para os docentes do 3º grau que perderam aposentadoria especial.

4.2 - aposentadoria proporcional com pedágio de 40% s/tempo faltante em dezembro de 1998 sem direito à bônus para os docentes do 3º grau.

5º) Manteve, em todos os casos, regras transitórias e permanentes:

5.1 - proventos integrais pela última remuneração.

5.2 - paridade plena com ativos.

- reajustes iguais e na mesma data.

- majorações decorrentes de novas vantagens e de alterações de cargos e carreira.

2º) Nas regras de transição:

a) eliminou a modalidade de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço. (ela ainda pode ser invocada por quem completar os requisitos até 31.12.03);

b) mutilou a aposentadoria com tempo integral, eliminando:

- proventos integrais (substituiu pela média da vida profissional e introduziu redutor pela média faltante).

- eliminou paridade, substituindo por mera correção anual.

3º) Criou nova modalidade de transição:

- com idade completa (Homens: 50 anos e Mulher: 55 anos).

- tempo de serviço completo (Homens: 35 anos e Mulher: 30 anos).

- tempo de serviço público: 20 anos.

- tempo na carreira: 10 anos.

- exercício do cargo: 5 anos

4º) Instituiu contribuição obrigatória para aposentados e pensionistas:

- para os pensionistas instituídos ou servidores aposentados até 31.12.03 sobre a parcela excedente a R\$ 1.440 (60% do teto da Previdência Geral, R\$ 2.400).

- para os novos pensionistas instituídos e servidores aposentados após 31.12.03.

Sobre a parcela excedente acima de R\$ 2.400,00 (teto da previdência).

5º) Reduziu as pensões, fixando em 100% até R\$ 2.400,00 e 70% sobre a parcela excedente deste valor.

2004 — A Medida Provisória nº 167 de 19.02.2004

- Estabelece regras de cálculo para os proventos nas modalidades em que não há mais integralidade, a saber:

a) nas regras permanentes do Artigo nº 40 da Constituição, que é obrigatória para os novos servidores;

b) na regra de transição da Emenda nº 20 de 26.12.98, alterada pela EC-41, de 31.12.03;

- Regras de cálculo:

- serão eleitos as 80 maiores remunerações posteriores a julho de 1994. Base para contribuição nos dois regimes (Previdência Geral antes do ingresso e previdência pública após o ingresso);

- serão atualizados os valores, mês a mês, conforme índices de atualização de salários de contribuição, da previdência geral;

- as remunerações consideradas no regime da previdência geral: a) não serão inferiores ao salário mínimo; b) não serão inferiores ao limite máximo do salário de contribuição;

- na média assim obtida será eliminada a parcela que eventualmente exceder remuneração do servidor no momento da aposentadoria.

2003 — A Emenda Nº 41, de 31.12.03

Esta Emenda (LULA) produziu alterações:

a) nas regras permanentes da Constituição de 88, já alteradas pela Emenda — 20/98;

b) nas regras de transição geradas por esta emenda;

c) criou nova modalidade de transição, para os servidores que ingressaram até 31.12.03; a saber:

1º) Nas regras permanentes manteve os requisitos mas:

a) eliminou integralidade dos proventos, substituindo por uma média que serviu de base para contribuições em toda a vida profissional;

b) eliminou paridade dos inativos com os ativos.

ABONO DE PERMANÊNCIA

A EC-20 de 16.12.98, havia instituído isenção de contribuição previdenciária em favor dos servidores que continuassem em exercício após completar requisitos para aposentadoria voluntária por tempo de serviço.

A Emenda 41, de 31.12.03 alterou a sistemática:

a) suprime a isenção, com o que os servidores passam a contribuir, e;

b) criou um abono de permanência em valor igual ao

da contribuição.

As hipóteses de permanência em serviço que dão direito ao abono são as seguintes:

a) Todos os servidores que completarem 60 anos de idade e 35 de contribuição (se homem) ou 55 anos de idade e 30 de contribuição (se mulher), podendo permanecer em atividade, até efetiva aposentadoria voluntária ou compulsória.

b) Servidores que ingressaram no serviço público até

16.12.1998 (data de publicação da EC nº 20/98) e que podiam invocar as regras de transição antes desta data, podendo permanecer em atividade e até a aposentadoria voluntária ou compulsória.

c) Os servidores que, em 31.12.2003, já haviam completado as exigências para se aposentar e que contem com 30 ou 25 anos de contribuição, se homem ou mulher, respectivamente, podendo permanecer em atividade, até a aposentadoria voluntária ou compulsória, ao completarem 70 anos.